

Para breve a nacionalização das casas de câmbio

19132 A lei de conversão em lei ordinária altera o texto de 1968, que previa a extinção das casas de câmbio em 1970...

Na próxima semana: novas administrações na Banca

19133 A Comissão de Bancos e Moedas do Senado vai apresentar em 1970 o projeto de lei de reorganização da administração da Caixa Econômica Federal...

19134 O Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal vai ser reorganizado em 1970...

19135 O Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal vai ser reorganizado em 1970...

Lopes Cardoso no Norte debate problemas do Douro

19136 O governador de Pernambuco, Lopes Cardoso, visitou o Estado do Rio Grande do Norte para debater os problemas da região do Douro...

Comissão dos Direitos do Homem avança-se com P.R.

19137 A Comissão dos Direitos do Homem do Senado vai apresentar em 1970 o projeto de lei de criação do Conselho Nacional de Direitos do Homem...

Estudantes de Medicina contestam proposta do MEC

19138 Os estudantes de Medicina do Brasil contestam a proposta do MEC de reorganização do ensino médico...

Suspensa direcção da J. N. P. Pecuarários

19139 O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico vai apresentar em 1970 o projeto de lei de criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico...

Técnicos americanos ajudam a preparar a nova política económica portuguesa

19140 O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico vai apresentar em 1970 o projeto de lei de criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico...

Expresso

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

ALVARO DE ALENCASTRO

ALVARO DE ALENCASTRO

Austeridade provoca aumentos consideráveis de impostos, gasolina (e não só)

19141 A austeridade imposta pelo governo português tem provocado aumentos consideráveis de impostos, gasolina e outros tributos...

Orçamento para 76 em produção acelerada

19142 O governo português está a produzir o orçamento para 1976 em ritmo acelerado...

Progr. energia para além de 1976

19143 O plano de desenvolvimento português prevê um programa de energia que ultrapassa o ano de 1976...

Desenv. e refinamento salino

19144 O plano de desenvolvimento português prevê o desenvolvimento e refinamento do sal...



Os Comandantes, acompanhados do Chefe do Estado-Maior do Exército, general Ramalho Sarmento, chefe de gabinete do general Ramalho Sarmento, general Ramalho Sarmento e o general Ramalho Sarmento...

Comissão de Estudos da Paz. Um meio para a conquista do poder.

Mesa redonda. Checo no PPD. Alfredo de Sousa, Ferreira Júnior, Magalhães Mota, Nuno Rodrigues dos Santos. Págs. 10 e 19.

Militares do Norte favoráveis ao desaparecimento do MFA. Pág. 3.

De viagem pelo "milagre" dinamarquês. Págs. 16 e 15.

A diplomacia do Vaticano face aos países socialistas. Págs. 10 e 1.

Partidos propõem (até 30) as suas versões do novo Pacto

19145 Os partidos políticos portugueses propõem as suas versões do novo Pacto até ao dia 30...

Suspensas as eleições do Sindicato dos farmacêuticos

19146 O Sindicato dos farmacêuticos portugueses tem as suas eleições suspensas...



Foto: Agência Lusa

978. O relógio de pulso mais sofisticado do mundo. O relógio de pulso mais sofisticado do mundo. O relógio de pulso mais sofisticado do mundo.

CONDOMÍNIO SOCIAL DO SOCE-DAMPSON DE 876

24 horas em notícia

Para breve a nacionalização das casas de câmbio

ANTES do fim do corrente ano, serão nacionalizadas todas as Casas de Câmbios que existem no país, segundo asseguramos apurar de fonte fidedigna.

O esquema da nacionalização a adoptar será semelhante ao utilizado para a banca, esperando-se que as referidas instituições para-bancárias venham a ser absorvidas pelas actuais instituições de crédito. Contudo, de início formar-se-ão grupos de trabalho encarregados de estudar a forma de integração das Casas de Câmbio nos bancos e só posteriormente se dará a referida absorção.

Na próxima semana: novas administrações na Banca

SERÁ discutida no Conselho de Ministros da próxima terça-feira, a substituição das actuais Comissões Administrativas das bancas nacionalizadas.

Esta medida, prevista no plano económico/documento de trabalho do VI Governo, era esperada desde há algum tempo, e vem complementar toda uma série de medidas de carácter económico que a partir do próximo ano serão postas em prática. Sabe-se, entretanto, que a reestruturação do sector bancário, ou seja a sua divisão por instituições de crédito especializadas, ainda não está para breve.

FORAM já indicados os nomes que deverão preencher os cargos de Governador, Vice-governador e administradores do Banco Nacional Ultramarino. São eles, respectivamente, dr. Oliveira Pinto, do Banco de Angola, dr. Palmeira Ribeiro, do Banco Fomsecos & Burnay e os dres. Gaspar e Andrade Soares que já prestavam serviço no BNU e ainda os dres. Mário Adegas, do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, e Sargento Cabral, correspondente no Banco Franco-Portuguesa d'outre Mer, em Paris.

Não se conhece ainda o nome do administrador que ficará no Porto.

Estas personalidades virão, com toda a certeza, a ocupar os respectivos cargos, dado que a sua nomeação efectiva depende do facto de os trabalhadores daquela instituição se não pronunciarem contra.

A Comissão de Delegados sindical deu, antecessor, conhecimento dos nomes, superiormente indicados, aos delegados para recolherem sobre eles a opinião dos trabalhadores, embora não tenham sido fornecidos elementos de apreciação. Tal opinião deve ser emitida até segunda-feira próxima.

Segundo fontes dignas de crédito, a maioria é desconhecida de grande parte dos funcionários do BNU, de maneira que tal consulta reveste-se de mera formalidade, que tudo leva a crer não influirá no processo de nomeação.

Estudantes de Medicina contestam proposta do MEIC

CENTENAS de estudantes de Medicina manifestaram-se ontem à tarde em frente do edifício do MEIC, para contestarem a proposta do secretário de Estado do Ensino Superior, nos termos da qual o 5.º ano do curso médico deixaria de funcionar por um período de quatro anos.

A proposta de Costa Brotas visava resolver o impasse surgido na distribuição dos alunos de Medicina pelos hospitais civis, dado ter-se verificado que o número de alunos inscritos é muito superior à capacidade máxima das respectivas instalações.

Os estudantes, que são apoiados pelo Conselho Directivo da escola, não conseguiram avistar-se com o secretário de Estado, por este se encontrar, segundo lhes foi dito, em Conselho de Ministros. Um plenário realizado ontem aprovou a promoção de formas de luta contra aquela proposta, embora o recurso à greve esteja excluído. Entretanto, as aulas funcionam em Medicina, qualquer que seja a decisão do secretário de Estado, segundo foi confirmado antecessor pelo Conselho Directivo.

Suspensa direcção da J. N. P. Pecuarías

OS MEMBROS da Direcção da Junta Nacional dos Produtos Pecuaríos foram ontem notificados de um despacho do ministro do Comércio Interno, dr. Magalhães Mota, que determina a suspensão da sua actividade e a imediata abertura de um inquérito ao modo como têm exercido as suas funções.

Entre os motivos determinantes da suspensão, poderão contar-se as relações entre a Junta e o Fundo de Abastecimento e os critérios utilizados na aquisição de produtos a países estrangeiros.

Técnicos americanos ajudam a preparar a nova política económica portuguesa

A CONVITE do Banco de Portugal (mais precisamente do seu governador Silva Lopes), encontram-se a cerca de uma semana no nosso país três técnicos americanos do MIT.

Taylor, Eckhaus e Durbin. — Os dois primeiros já tinham estado no nosso país a convite do governo quando Silva Lopes era ministro das Finanças — vieram a Portugal fazer uma análise e uma avaliação da economia portuguesa por forma a preparar a nova política económica que se está a utilizar para entrar em funcionamento a partir de 1976 (ver notícia do Conselho de Ministros nesta pág.).

Recorde-se que os dois técnicos referidos quando em Janeiro deste ano se deslocaram a Portugal, se debateram principalmente sobre o projecto de Sines, o sistema fiscal e a política monetária do país.

Lopes Cardoso no Norte debate problemas do Douro

PROBLEMAS relativos à solução da situação económica da região do Douro foram ontem objecto de reuniões do ministro da Agricultura e Pescas, Lopes Cardoso, que para o efeito se deslocou ao Norte do país.

Lopes Cardoso, que era acompanhado pelos secretários de Estado António Barreto e Ferreira Lima, anunciou os objectivos e alcance de uma série de medidas tendentes à solução de problemas prementes daquela região. De entre as medidas mais recentes, destacam-se o despacho que extinguiu a Comissão de gestão da Casa do Douro e a nomeação de uma Comissão Instaladora que deverá apresentar um regulamento eleitoral no prazo de 30 dias. Objectivo: devolver a Casa do Douro à condição de associação livre dos produtores de vinho do Douro, na sua maioria pequenos e médios agricultores.

Comissão dos Direitos do Homem avista-se com P.R.

A COMISSÃO DOS Direitos do Homem, integrada por juristas democráticos designados pela Ordem dos Advogados, avistou-se ontem à tarde, entre das 16-30 horas, no Palácio de Belém, com o Presidente da República. Da delegação da C.D.H., faziam parte os drs. Adão e Silva, Oliveira Braga, Pascada Fonseca, e Rodrigues Pereira. No decurso deste encontro, foram abordados assuntos relacionados com a duração da prisão preventiva, as condições de internamento, de comunicabilidade e de assistência médica e jurídica dos detidos tendo sido igualmente requerida autorização para que os membros da Comissão dos Direitos do Homem possam, nos seus qualidade "visitar os detidos, onde quer que se encontrem e a qualquer hora do dia a fim de poderem avaliar do fundamento das suas queixas", segundo nos foi afirmado pelo porta voz desta delegação, dr. Pascada Fonseca.

Ainda segundo este elemento, as queixas a que os detidos recentemente fizeram alusão constam do último relatório do "Amnesty Internacional", tendo este relatório constituído também um motivo de troca de impressões entre o General Costa Gomes e a Comissão dos Direitos do Homem. O Presidente da República parece ter acolhido favoravelmente todas as propostas que lhe foram apresentadas por esta delegação da C.D.H.

Partidos propõem (até 30) as suas versões do novo Pacto



MELO ANTUNES. O porta-voz do CR nas negociações com os partidos signatários do Pacto

ATÉ AO dia 30 deste mês, os partidos políticos signatários do Pacto com o MFA, presentes à reunião da passada quarta-feira (PS, PPD, PC, CDS e MDP; a FSP, também signatária, não foi convidada) deverão apresentar projectos de alteração ao referido documento.

A delegação do MFA, nomeada para a renegociação do Pacto (integrada, como se sabe, pelo general Ramalho Eanes, o brigadeiro Vasco Lourenço, major Melo Antunes, major Casimiro e Castro e comandante Martins Guerreiro) não apresentou um documento escrito, limitando-se a pedir as sugestões dos partidos e a dar como ponto (claro) assente o desaparecimento da Assembleia do MFA como órgão de soberania, contrariamente ao previsto na plataforma de 11 de Abril passado.

É de notar, por outro lado, que foi Melo Antunes quem, CR, orientou, por parte dos militares, toda a discussão. Com efeito, além das breves e formais palavras introdutórias, Ramalho Eanes, foram notados os reduzidos contributos de Vasco Lourenço, Casimiro e Castro e Martins Guerreiro (além do próprio chefe do Estado-Maior do Exército). Nas suas intervenções, Melo Antunes fez um apelo a um debate sereno, rápido e não difundido pelos meios de comunicação social, sendo esta posição interpretada por alguns observadores como resultante do temor de reacções nos meios militares, nomeadamente, em consequência da eliminação da

Assembleia do MFA como órgão de soberania (substituída, aliás, de facto, neste momento, pelo Conselho da Revolução).

O tom geral do porta-voz da delegação do CR, terá assentado em duas permissas. Em primeiro lugar, o facto da actual situação política proporcionar uma revisão «em termos mais brandos e cordatos» do Pacto, com o intuito de uma colaboração amigável, franca e adaptada às circunstâncias das partes interessadas. Em segundo lugar, a preocupação visível em manter viva a imagem do MFA, embora esclarecendo que ele se identificava progressivamente com as Forças Armadas, e a consequente intransigência quanto à separação do poder militar e o poder civil; a título de exemplo significativo, citou-se o facto de ter sido considerado ponto assente que, durante o período de vigência do Pacto, a Assembleia Legislativa não teria nunca poderes para legislar sobre assuntos de carácter militar.

Como prova dos termos cautelosos e defensivos com que a delegação do CR, apesar da rapidez sincera com que decaia pôr termo à renegociação, está a encerrar as conversações com os partidos, anotou-se o facto de esta ter, desde já, prevenido os seus interlocutores, de que, após a recepção dos projectos que cada um deles elaborará sobre a revisão do Pacto, deverá consultar o plenário do CR. Só depois desse plenário, a delegação tentará elaborar uma síntese dos diversos documentos apresentados, recomendando então as conversações.



Os Comandos, acompanhados do Chefe do Estado-Maior do Exército, general Ramalho Eanes, dos coronéis Jaime Neves e Firmino Miguel, assistiram no Monumental à representação da revista "Lisboa acordou". A foto documenta um pormenor da assistência ao espectáculo que lhes foi oferecido por Vasco Morgado. Durante o dia de festa, que terminou com uma ceia de confraternização, foram sempre acompanhados pelo CEME e pelo comandante do Regimento, coronel Jaime Neves, o "operacional" mais em evidência no desmantelamento do golpe de 25 de Novembro

Nacional

Cumprimentos de Natal: cerimónia tradicional

NO PALÁCIO de Queluz, Costa Gomes recebeu o Corpo Diplomático acreditado em Portugal na tradicional cerimónia de cumprimentos de Natal e Ano Novo. Cosbe ao Nuncio Apostólico, na qualidade de decano do Corpo Diplomático, dirigir ao Presidente da República uma mensagem de saudação, cujo tema dominante foi a exaltação do significado da paz que, disse: «longe de ser uma atitude estática, ela é uma dinâmica, uma sacção, uma vibração interior, um movimento para a harmonia, que só se consegue através duma generosa reconciliação». Costa Gomes, a propósito de tal menção, a dado passo do seu discurso afirmou: «nada se pode ser mais grato do que evocar aqui e neste momento esse valor supremo que é a paz, sem a qual tudo pode estar perdido e através da qual tudo se pode salvar».

Mandato de despejo contra os operários da Applied

FORÇAS policiais ocuparam as instalações da Applied Magnética, onde 640 trabalhadores vinham sustentando, desde há dezasseis meses, uma luta invulgarmente longa contra o desemprego.

A margem de estruturas partidárias e sindicais, não tendo conseguido obter das entidades oficiais mais do que alguns subsídios insuficientes, os trabalhadores da Applied (na sua maior parte mulheres) foram desocupados nos termos de um mandato judicial que corre um processo que lhes havia sido instaurado em Outubro pelo senhorio.

Recorda-se que a luta dos trabalhadores da Applied se iniciou em Julho de 1974, quando o gerente da sucursal portuguesa daquela multinacional se apresentou para os Estados Unidos, deixando os trabalhadores na impossibilidade de continuarem a exercer a sua actividade, assim sector de ponta dependente da produção da empresa-mãe.

V. Gonçalves destituído do IAEM

VASCO Gonçalves foi destituído do cargo de director do Instituto de Altos Estudos Militares por ordem do Estado-Maior do Exército, general Ramalho Eanes, cargo que assumira no passado dia 1 de Novembro e para o qual fora nomeado pelo então CEME, Carlos Fabião, depois de ter abandonado a chefia do V Governo Provisório. O substituto do ex-primeiro ministro ainda não foi nomeado, sendo as funções exercidas interinamente pelo brigadeiro Theodoro Barata, antigo vice-director do Instituto de Altos Estudos Militares. Recordamos que a nomeação de V. Gonçalves para o IAEM desencadeou uma onda de protestos tendo muitos militares recusado desde logo a frequentar o Instituto enquanto o ex-primeiro ministro se mantivesse como seu director.

"Fuga", condições previsão de amnistias e mais prisões

A SITUAÇÃO prisional de algumas das figuras e comparsas ligados quer ao fascismo quer aos vários acontecimentos ocorridos em Portugal após o golpe militar de 25 de Abril (28 de Setembro, 11 de Março e 25 de Novembro), têm tido, nos últimos dias, tratamento destacado na imprensa. Com efeito, desde a fuga de Tenreiro, às negociações para a libertação de Kátia de Arriaga; aos abito-assinados de familiares de agentes da ex-PIDE/DGS; à libertação pura e simples de Silva Cunha e outros e às libertações garantidas de alguns militares de Custódias, aos movimentos de apoio a estes detidos, tudo isto caracterizou a semana pré-natalícia que atravessámos. Por outro lado, novas detenções de elementos relacionados com o 25 de Novembro tiveram lugar. Entre elas recordamos as de onze militantes da LUAR presos sob acusação de possuírem armas de guerra.

Credencial limitará falsa identificação militar

«A FIM de limitar tanto quanto possível, os prejuízos consequentes de uma falsa identificação militar» decorrentes da passagem à disposição de parte dos efectivos do Exército devido «ao termo da guerra em África», o Estado-Maior do Exército informa as autoridades e entidades interessadas de que a validade dos bilhetes de identidade militar de todos os militares do Exército na situação de activo será garantida até solução diferente, por uma credencial rigorosamente autenticada com selo branco, a qual deverá ser presente pelos respectivos titulares juntamente com o bilhete de identidade militar sempre que a exibição deste seja solicitada. A identificação dos militares na situação de reserva e reforma não necessita da referida credencial.

MRPP lança ofensiva nas grandes fábricas

AS COMISSÕES de trabalhadores voltam a ser alvo principal das atenções do MRPP, que no decorrer desta semana viu o seu secretário-geral, Arnaldo Matos, iniciar o que parece vir a ser uma série de visitas a grandes unidades fabris da zona de Lisboa. Com efeito, A. Matos compareceu durante a tarde de 4.ª feira passada nas instalações da TAP, para participar num colóquio promovido pela CT daquela empresa, que resolveu fazer um inquérito aos trabalhadores com o fim de averiguar quais os partidos que aqueles desejavam ouvir. O MRPP ganhou esta sondagem semão seguido pelo PS, PPD, PCP que ocuparam os três lugares seguintes na contagem.

Os primeiros oradores do comício de antemão à noite promovido pelo MRPP num Pavilhão dos Desportos repleto foram exactamente militantes do Partido eleitos para as CT da Standard Eléctrica, TLP, e Siderurgia, que antes, das intervenções de João Machado (2.º Secretário do CC desde a fundação do Partido em 1970) e de A. Matos, analisaram "O golpe social-fascista do 25 de Novembro e as tarefas do proletariado", tema da convocatória da reunião.

A análise política de fundo seria desenhada por A. Matos, que a dado passo se referiu ao facto de ter sido impedido nessa mesma manhã por indivíduos afectos ao PC de se dirigir aos operários da Sorefame, tendo descrito a "atitude dos social-fascistas" como resultado do pânico com o que o referido partido encara a livre discussão política entre os operários.

Almeida e Costa no Norte do País

O DESEQUILÍBRIO salarial que se verifica nas diversas Câmaras Municipais e serviços municipalizados constitui-se entre os principais pontos da reunião de trabalho mantida entre o Ministro da Administração Interna e os governadores civis do Porto e de Viana e a representação de Braga.

O comandante Almeida e Costa, titular de pasta da Administração Interna, acompanhado do Secretário de Estado da Administração Regional e Local, Ferreira de Lima, esteve na quinta-feira, em Vila Real e no Porto. Com as duas entidades reuniram os governadores dos distritos de Bragança e de Vila Real e com os presidentes das câmaras municipais destes distritos. Durante os trabalhos que se integraram num ciclo de contactos iniciados pelo MAI, foram tratados sobretudo, problemas relacionados com o apoio financeiro a facultar às autarquias locais.

No Porto, em relação à reunião com os governadores, foram estudadas, também, as questões referentes à atribuição de sub-dígitos às autarquias, entre outras do âmbito de administração local.

Quanto ao desequilíbrio salarial que pesa sobre os trabalhadores municipais recorda-se que os trabalhadores da C.M. do Porto ameaçaram entrar em greve progressiva se, entretanto, não forem corrigidas as injustiças salariais. Segundo o ministro, os vencimentos terão que obedecer ao que está determinado por Lei não podendo ficar ao arbitrio das CA. O Ministério vai debater-se sobre o assunto.

Nova cisão no MES

DIVERGÊNCIAS de ordem tática com a prática política do actual MES terá estado na origem de nova cisão naquele componente da FUR que ainda recentemente viu abandonar as suas fileiras cerca de quarenta militantes da região centro do País. Desta feita, mais de duas dezenas de elementos do Núcleo de Professores de Lisboa invocando as referidas divergências «e após terem esgotadas as possibilidades de manter o debate interno devido à estrutura organizativa que tem vindo a ser adoptada», abandonam o MES. Entre esses elementos figuram quatro dos candidatos a deputados à Assembleia Constituinte em Abril último.

Sousa, Marcelo Rebelo de

Quatro temas—Quatro reflexões

Marcelo Rebelo de Sousa

1. TODOS OS momentos — mais ou menos agudos — de crise política são seguidos de períodos mais longos de reflexão de reajustamentos estratégicos de estruturas tácticas. Estamos agos a viver o período de reflexão motivado pelo rescaldo do 25 de Novembro. Vale a pena destacar algumas das facetas mais significativas desse rescaldo.

Para já apontarei apenas três: 1.ª — A "viragem histórica" acerca do papel das Forças Armadas na sociedade e perante o poder constituído em Portugal.

2.ª — A renegociação da Plataforma de Acordo Constitucional, celebrada pelo MFA e por alguns partidos políticos em Abril último.

3.ª — A reconcepção governativa, efectuada dentro do mesmo espírito que presidiu à formação do VI Governo Provisório.

2. A Lei Constitucional n.º 6/75, aprovada a 11 de Dezembro pelo Conselho da Revolução veio requestionar a questão essencial da missão das Forças Armadas numa sociedade que se pretende venha a transitar pacífica e democraticamente para o socialismo.

Para tanto, a lei veio dar respostas concluintes a dúvidas formuladas pelos portugueses dos mais diversos sectores políticos, com crescente insistência nos últimos seis meses:

a) Qual o papel das Forças Armadas perante a necessidade inadiável de garantir um poder político representativo da vontade maioritária do povo português?

b) Durante quanto tempo e como é possível manter-se in-

cólume, contra todos os embates, a concepção da função motora de uma vanguarda político-militar restricta?

c) Como se pode identificar a lenta mas crescente deterioração orgânica das Forças Armadas com uma via original de democratização interna, atendendo à disciplina e coesão características das Forças Armadas dos mais diversos países do mundo, causa da surpresa de governantes portugueses nas suas frequentes deslocações oficiais a estados do Leste e do Oeste?

A concepção consagrada na nova Lei Constitucional diverge marcadamente quer de neutralidade absoluta das F.A., preconizada pela óptica dividida do apoliticismo quer de vanguardismo enteiro com lealdade interna, cultivado durante o governo gonzalvista. Ela assenta em três traves-mestras: a necessidade da garantia activa da democracia e do socialismo, com respeito da vontade eleitoralmente expressa do povo português; a rejeição da teoria das "vanguardas" na construção do socialismo; a disciplina e coesão internas decorrentes da unidade de doutrina da unidade de comando e do cumprimento de missão.

O Conselho da Revolução subiu, assim, a encosta para uma alternativa de segunda democratica, que constitui um marco histórico no processo político iniciado com o desenvolvimento do 25 de Abril de 1974.

3. A renegociação do Pacto MFA-Partidos constituiu, sequentemente, o meio para rever cláusulas ultrapassadas pelo dever político português.



Na linha da Lei Constitucional agora aprovada a intervenção da FA na estrutura do poder político deve ser definida em termos de garantia activa dos esquemas democráticos no caminho para o socialismo.

Cuor isto dizer que se dêgo os órgãos políticos de composição militar é muito provável que compita a vigilância atenta a supervisão imparcial do funcionamento dos mecanismos democráticos.

Mas esta garantia é uma garantia activa, porque a FA deve também incumbir um contributo essencial na criação de todos os pressupostos de uma vida em democracia política. Misão esta, de resto, facilitada pela posição de apartidarismo das Forças Armadas claramente declarada na Lei Constitucional, e pelo exclusivo da organização armada das FA e das forças militarizadas.

Neste contexto, se comprometer melhor a necessidade da recondição daqueles pontos em que o Estado precisa uma posição predominantemente "militar" e não "governo" de MFA.

— eleição do Presidente da República;

— competência do Conselho da Revolução em matéria de fiscalização da inconstitucionalidade das leis, bem como em sede legislativa; — separação do poder militar do poder civil.

Quanto a este último, a nova Lei Constitucional já é expressa, na sua declaração de subordinação das Forças Armadas ao Poder Político democraticamente constituído.

Como é óbvio, do que fica dito não se pode inferir que seja possível, no sequer de imediato, o regresso imediato das Forças Armadas ao quartel, mas apenas um estado

simultaneamente progressista e realista, que deve assumir a sua afirmação ideológica, encarnada desde logo no 25 de Abril de 1974.

4. A recomposição do VI Governo Provisório veio a fazer-se dentro do espírito e do conteúdo programático que presidiu à sua formação, val para três meses.

E compreende-se porquê.

Definidas as linhas de um tercermundismo exclusivista de ocasião, o Governo veio a corroborar uma realidade palpável: a urgência de corporizar um projecto nacional que possa ser assumido pela esmagadora maioria do povo português, sem por isso deixar de ser progressista. E tudo indica que a coação do Conselho da Revolução em torno deste projecto é um dado, ficando as divisões entre "políticos" e "operacionais" — para já, reduzidos à imaginação especulativa de alguns observadores.

Além, nos jovens e talentosos vanguardistas da nossa praça, à procura de um certo tempo perdido, seria de recordar aquela passagem de Jean Pierre Chevènement (homem da esquerda do PS francês): "sem um partido de massas, a esquerda não existe, e os homens de esquerda não são senão homens de direita que preparam o futuro, o seu futuro".

Formado pelos três maiores partidos portugueses, este Governo terá de pôr acima dos interesses particularistas desses partidos o interesse nacional — custo o que custar aos governos de uns, às veridicalidades electoraisistas de outros, às intrinsecas dogmáticas de terceiros.

Trata-se de uma tarefa urgente para um país que está sem Governo praticamente desde Julho, e só nas próximas semanas pôde ter a visão aproximada daquilo que de-

veria ser um executivo a funcionar, depois das experiências traumáticas do socialismo e do gonzalvismo. E todos sabemos do tempo curtíssimo que temos à nossa frente para obtermos a uma crise económica, que porá inevitavelmente em perigo a vida política portuguesa — de que, em matéria de vida partidária, não existem juras para a eternidade. Por outro lado, o quadro político português não é um parlamento fixo a médio e a longo prazo, sem é muito natural que se sofrendo modificações de maior ou menor amplitude. Não é preciso ser-se adivinho para antever reposicionamentos partidários, a operar em função da própria evolução das bases sociais de apoio.

Nesse quadro, no entanto, é muito provável — sendo mesmo seguro — que haverá sempre lugar para um partido (e tendencialmente só um) que perfilhe uma opção social-democrática. E será pela sua prática mais do que pela sua programa que se mostrará de coerência de posição que esse partido alguma defender.

Ao mesmo tempo, parece ser pacífico que — como diz Chevènement — "em a social-democracia, mesmo disgregada, o poder pessoal, sucrose e mesmo que entre a água, e a fuga a submersão é impossível". Isto tanto no plano interno das estruturas partidárias como no das propostas políticas externas.

Assim sendo, qualquer partido que reivindique a qualificação de "social-democrático" deverá reconhecer abertamente o livre exercício do direito de tendência, incluindo também na representação política dos órgãos dirigentes desse partido. Na ver-

de, paralelamente a uma tendência de pendor conservador — entendido este como a visão estática da social-democracia, ou por posições concretas que privilegiem a democracia política em relação à alteração das estruturas económicas e sociais, e o respeito da autoridade interna relativamente ao livre exercício da crítica — haverá sempre um verdadeiro partido social-democrata uma tendência de esquerda — que apontará mais para a meta da sociedade socialista de que para a via socialista para a realizar, que privilegiará as transformações sócio-económicas em relação à democracia política, e se exprimirá numa voz permanentemente crítica dentro das estruturas do Partido.

O não reconhecimento deste pluralismo interno corresponde a um escamotear — ainda que bem fundamentado — de uma realidade essencial, escamotear que aparece nomeadamente da parte de homens da tendência conservadora. Resalvadas as devidas diferenças recordaria Péguy, que escrevia que quando alguém aparece a dizer que não é possível definir uma linha dividida entre direita e esquerda, esse alguém é certamente de direita.

6. Face às alternativas possíveis em relação a viabilidade de um grupo democrático para o socialista.

5. É neste dilema político que teve lugar, tendo agora a caber-se, a crise experimentada pelo PPD.

Para a compreensão dessa crise (durante a qual assumi com mais alguma ênfase, uma posição crítica), tem de se partir do pressuposto — ainda muito penante a crise do PPD, não perfilhamos, respeitando-as embora, nem a atitude dos que viram na ruptura imediata a forma mais legítima de afirmação política (e muitas vezes que o homem certamente sem ser por manobristas de grupo ou arrivistas pessoais), nem a postura dos que sublimaram no altar da ortodoxia fidelidades passadas ou promissas, ambições ou rocamboles pessoais.

E, assim, houve que se ponderar e conjugar:

— aqueles princípios programáticos e de democraticidade interna, cuja mutilação a nenhum preço pode ser sonete;

— o realismo que se traduz na análise fria e objectiva dos homens e das bases sociais de apoio;

— a responsabilidade de deixar, inopinadamente, vagas posições que poderiam ainda ser de promessa de uma certa mesagem em estruturas políticas relevantes para o futuro português.

Nestas ponderações há sempre muito de alatório. Mas, interessa sobretudo que se não sacrifiquem, promiscuamente, o emocional ao acastelo, o racional ao emotivo. E que se reafirmem condições mínimas para que, num certo momento, valha a pena continuar a lutar dentro de uma certa estrutura partidária.

Não se trata de fazer uma jura para a eternidade. Muito menos de fazer uma jura ortodoxa.

Decisões de empenhamento malvade claramente a organização de tendência (através de um centro de estudos ou uma associação de reflexão) apresentam a escolha feita por mais adequada em certo momento, e por isso a criação de perspectivas verdadeiras de um contributo político-crítico dentro de determinado partido.

7. Qualquer que venha a ser no futuro o trilho prosseguido pelos intervenientes nesta crise do PPD, interessa que fique claro que a posição dos verdadeiros social-democratas é a de que querem construir uma sociedade socialista que não se confunde com neopopulismo de gestão socializante de "rosto humano", como repudia o capitalismo burocrático de Estado.

E a via democrática, que enjuba capulismo minoritários, ou concentrações de poder sem homens de vocação dita providencial.

A História — que tem, entre nós, uma memória muito curta, mas uma justiça muito longa — esquece depressa os difendentes mais ou menos patéticos e pessoais do momento, e recordará os que, pela sua prática futura, revelaram que não eram conservadores convertebados, ditantes pseudo-radicalis de ocasião, ou até democratas não convictos.

Pode suceder que até sejam precisamente os não social-democratas os apoiadores e triunfadores por excelência do futuro portugal.

Mas, se após a tem sentido quanto às estratégias políticas já se torna ridiculamente oportunista no domínio das ideologias.

DURÃO, Roberto Ferreira

Sobre o 11 de Março e o 25 de Novembro (algumas perguntas)

Roberto Ferreira Durão

TENHO meditado sobre isso, o que sempre me dá um certo agitado quando revolução é que nem sempre tem seguido o verdadeiro caminho da Revolução que queremos fazer no nosso País e para o Povo que, de facto, somos. Tenho visto e ouvido muita coisa que me faz pensar, calma e firmemente, sobre tudo isto, procurando ligar umas coisas às outras, buscando uma certa lógica e compreensão que, muitas vezes, me escapa. Mas há outras coisas que me parecem claras, sem querer ir às raízes mais profundas, sempre difíceis de detectar ou denudar totalmente. Refiro-me às duas datas mais quentes e de maior impacto em todo este processo: o 11 de Março e o 25 de Novembro, independentemente do que possa haver por detrás de cada uma delas e que à vista nem sempre transparece e que dá sempre a impressão de que cada um quer tirar delas, consciente à sua perspectiva ou interesse político, há um aspecto que se surge como verdadeiramente importante e é esse que deixo realçar. Esse aspecto é o humano, de respeito essencialmente aos homens e quando digo homens, pois que de homens se trata e não de bichos ou de meros pedras de um jogo de tábua política onde com eles se joga, indiscriminadamente, isto em especial nos que se encontram presos, sejam eles do 11 de Março, do 25 de Novembro ou de qualquer outro evento. É aqui que me surgem várias questões que tenho à consideração de toda a gente que queira reflectir com isenção, justiça e humanidade, para além dos robotes de coroa ainda que legítimos mas, tantas vezes, estorpidos e agressivos, ou dos interesses e objetivos partidários que não nos fanatismo e orgueira colocam os homens muito aquém dos próprios princípios (ou fins...) que alguns professam, o que é bem mais repugnante.

Em as perguntas para as quais peço a reflexão de todos: seja vai, implícita ou explícita, a minha resposta possui:

1. Porquê a diferença de tratamento que, em grande parte, se

verifica para, com os que foram presos no 11 de Março e ao 25 de Novembro? Porque recebeu o sr. Presidente da República os familiares e advogados dos implicados no 25 de Novembro pouco depois de estes terem sido presos e quando foi do 11 de Março, tanto quanto se sabe pois os meios de comunicação a nada disso se referiram, não recebeu ninguém sem responder aos apelos que alguns lhe fizeram e ao Conselho da Revolução? O sr. Presidente deve, sem margem de dúvida, ter agora a prova de que alguns desses implicados, chamados seus que bem conhece pois com eles trabalhou, sabendo do seu grau de seriedade, isenção e talvez até ingenuidade, entraram no 11 de Março animados de uma fé não contra-revolucionária mas pelo contrário, com a intenção de salvar a própria Revolução que alguns deles ajudaram a fazer, não a deixando resvalar para um oportunismo e aventurismo de extrema-esquerda que nessa altura já começava a alastrar, aumentando a tal ponto que obrigou à resposta militar do 25 de Novembro.

2. Porquê o maltrato que alguns órgãos de informação já vão dando a todas as pessoas que os familiares (além do seu plano direito) dos militares agora preso fazem, no sentido de serem todos já, deixado de estar inconscientes (mesmo os ainda não ouvidos)? Tal não aconteceu no 11 de Março, quando até, por alguns, foram pedidos Tribunais Populares, finalmente, sei lá, sem o mínimo respeito pelo passado e serviços prestados por esses militares e até com total desprezo pelos direitos da pessoa humana. Convém frisar que nenhuma das prisões agora feitas o foram arbitrariamente, sem culpas formuladas e, como se verificou, alguns casos, no 11 de Março, por grupos de indivíduos não militares e não identificadas que se trataram sem qualquer mandato de captura. Será que se aprendeu a respeitar agora os do 25 de Novembro à custa do desprezo aos do 11 de Março? Não entender os do 25 de No-

vembro implicados nem grupos mais grave e mais vasto que poderia ter consequências bem mais destruidoras e até irreversíveis, considerando de uma vez, esse mesmo episódio como caminho para a Democracia e para o Socialismo? Se são todos homens porque não estes tratados como tal (o que está correcto) quando os outros foram tratados quase como bichos ou, o que é pior, como inimigos do Povo?

3. Será que se pretende ainda lidar o nosso Povo, já tão enganado e confuso, continuando a querer ver as coisas deitas opostas, aventuradas ou stouco-idealistas que se emperraram (uma mais, outras menos) num golpe sujo e desleal e por isso fora de toda a ética militar, com a péte de revolucionários? Haverá, acredito, de parte a parte, uns que terão mais culpas, outros menos e até alguns inebúmas mas não tenho dúvidas de que o 25 de Novembro foi promovido e, por isso, bem mais grave, pois se tivesse resultado, estaríamos todos agora com uma ditadura às costas.

4. Não haverá fortes razões para o Otelo ser também lesinado e até preso, se for caso disso? Parece-me, e julgo que muitos pensarão como eu, que ele é, pelo menos indirectamente, um dos grandes responsáveis, para além dele e outros. Para mim, o destino de um ponto de vista genuinamente militar, não menos responsável, mas não um oportunismo, manipulação ou levada por razões de ordem psicológica, como foi o caso dos Pirás, do que aqueles ou aqueles que tendo responsabilidades, e grandes, de si, não fizeram para evitar esse golpe e que até, pelo seu comportamento e afirmações demagógicas e irresponsáveis, facilitaram ou orçaram mesmo as condições para que ele se desse. Otelo Barata de Carvalho não pode ser um sanguinário chefe militar à altura de Revolucionário como alguns que o não conheciam bem, esperaram dela. Desde como um irresponsável de ideias barbaças e oportunistas. Foi apenas mais um pedacinho de cor, um valdeão ou um ambíguo

político que se comportou, afinal, como um actor mediocre que alguns intencionalmente usaram, transformando-o em vedeta de 1.ª grandeza num palco onde já estava a mais e perante uma sala vazia, vez mais vazia, mas para a qual continuava, não sómbrio e pago, numa estampa-simbolo de sector-público, a declamar, a declamar, aplaudido apenas por essa reduzida escadote que dele se quis servir. Lamento-o, pois conheci-o antes da embriaguez do poder e era diferente.

5. Porquê o espanto em relação à incomunicabilidade de alguns que estão ainda a ser ouvidos pelo 25 de Novembro, quando ninguém se refere, na altura, à incomunicabilidade sofrida por alguns do 11 de Março, que chegou aos 90 dias, sujeitos até a interrogatórios, conforme se há-de vir a conhecer, em que nem sempre a sua dignidade foi respeitada, com vezames e ameaças várias, quando alguns desses nem sequer tinham qualquer culpa? Agora nada disso se está a passar (e ainda bem) com os do 25 de Novembro. Sabemos bem que se tem seguido um processo muito mais correcto e legal do que o adoptado no 11 de Março.

6. Porque se pode já a saída imediata dos do 25 de Novembro quando não foram ainda apuradas as suas reais responsabilidades, quando os outros já sofrem há 7 meses uma prisão preventiva ilegal? Porque não aguardam estes o tít do julgamento, em suas casas, junto dos seus familiares, sobretudo agora quando o Natal se aproxima?

7. Porque razão só agora o Conselho da Revolução resolveu saber com o malfadado Tribunal Revolucionário que ele próprio criou logo após o 11 de Março, para os outros? Porquê só agora quando estas apurando-revolucionárias são processadas por terem sido o domínio da Revolução e do Povo, se bem que, finalmente, o Tribunal Revolucionário que eles próprios tinham pedido para os do 11 de Março, se ocupou a si próprio, para estes sujeitos, na altura, leis revolucionárias mas,

para eles próprios, que se envolveram no 25 de Novembro, já preferem as leis «facistas»?

8. Sobre o 28 de Setembro de 74, que se apurou afinal de concreto acerca daqueles que continuam presos? Se há ainda homens presos sem motivo, todos nós, num país que se diz livre, nos devemos sentir um pouco presos também.

Para terminar, e que o Natal nos faça a todos meditar muito, só queria fazer este voto muito sincero:

— Que todos estes homens (do 25 de Abril, do 28 de Setembro, do 11 de Março, do 25 de Novembro e o que ainda se verá...) sejam tratados como seres humanos, durante o tempo em que estiverem presos e que sejam julgados com a maior urgência e imparcialidade possível. Que se respeitem os inalienáveis direitos do homem expressos na Declaração Universal. Que se apurem responsabilidades reais e concretas e se soltem, quanto antes, todos aqueles que foram apenas instrumento, mais ou menos inconsciente, e que sem chegaram a cometer qualquer crime contra a natureza humana; que eles sejam devidamente reabilitados ou recuperados. Nada pode justificar o manter-se numa prisão um indivíduo, seja ele qual for, cumprindo uma pena para que não foi ainda condenado e sobre o qual não exista qualquer acusação definida e formal. Porquê, para quê e até quando isso se verificará? Esta é a pior pena, o mais infame e abjecto castigo que se pode dar a um ser humano: tê-lo preso indefinidamente, sem ser julgado, por não se saber exactamente qual o seu crime ou a sua culpa. Não foi para se continuar a roubar a Liberdade de alguns em proveito de poucos embora se grite que é em nome de muitos, que se fez o 25 de Abril. Se assim foi, não fazemos uma Revolução mas uma caricatura dela, algo de aberrante e monstruoso porque consistiu apenas na mudança de um regime ultrajante para outro que continua a desprezar o homem e a sua dignidade.

Roberto Ferreira Durão

Sciencia Económica

Deixou de haver cotação de ouro em Portugal

O OURO DEIXOU ontem de ter cotação em todo o território nacional.

A quebra das cotações em moedas de ouro e barras finas, provocará, segundo se espera, o recrudescimento do mercado negro, que já existe no nosso país, sobretudo ao nível de compra e venda de moeda estrangeira.

Entretanto, o estudo foi desvalorizado na África do Sul, Japão, Suécia, Suíça, França, Dinamarca, Holanda e Finlândia, ao passo que foi significativamente beneficiado nos Estados-Unidos, Alemanha Ocidental, Canadá, Inglaterra, Austrália e Bélgica.

As novas alterações foram anunciadas pelo Boletim do Banco de Portugal, que passou a fornecer aos estabelecimentos bancários do país as cotações de notas e moedas estrangeiras, após a extinção do Comité Nacional dos Bancos e casas bancárias.

O Governo na TV Magalhães Mota: "é preciso produzir"...

EM COMUNICAÇÃO televisiva ao país o ministro do Comércio Interno, Magalhães Mota fazendo referência ao actual estado da economia portuguesa e à possibilidade de dele se sair, apontou como condição, — para que se decidisse a tomar sejam frutíferas, os programas sociais paratidos e as expectativas e reivindicações socialistas, — o crescimento do produto interno bruto. Este facto torna-se tanto mais premente quanto é uma realidade as "reservas em moeda estrangeira estarem no fim" e as de "ouro na melhor das hipóteses dá-mos para algum tempo" com todos os condicionamentos da sua negociação.

O ministro do Comércio Interno salientou ainda o facto de "contarmos as reservas do país bem como as reservas das empresas quer agrícolas quer industriais, frisando igualmente que" acabadas as reservas (e algumas se já acabaram) ou se produz o suficiente para suportar os custos (e não só) ou se a falência e o desemprego são inevitáveis, até porque o Estado já não tem com que acudir — e é pelo menos duvidoso que o devesse fazer."

Magalhães Mota, continuando a sua alocução, esboçou os portugueses a produzirem afirmando: "é preciso produzir a um preço que permita vender lá fora e cá dentro". Já na parte final da sua conversa o titular da pasta do Comércio Interno apontou as orientações a seguir naquele campo: desburocratizar acabando com as sete vias do papel selado; apreciação da política de preços e subsídios em função do interesse social e comparados com outros custos; incentivo da economia (da produção, porque se se lhe paga de menos não se produz, e da economia em geral), transformando em obras os projectos e análises; e controlo dos preços e da gestão começando pelas empresas públicas.

... Baltasar Barroco: Alqueva em questão

DA COMUNICAÇÃO feita na passada terça-feira ao parlamento da Assembleia do subsecretário de Estado das Obras Públicas, o ponto que se reveste de maior interesse foi o empobrecimento de Alqueva.

Conforme referiu Baltasar Barroco, esse empobrecimento permitirá a irrigação de 150 mil hectares de terras alentejanas, cujas condições presentes justificam o investimento de 13 milhões de contos. Beneficiário também do plano do Alqueva, além das regiões do Alto e Baixo Alentejo, e Algarve, a região de Castelo Branco e uma faixa que se estende até Leiria, à qual serão fornecidas 500 milhões de metros cúbicos de água e 400 MW de energia.

O empobrecimento de duplicar a actual produção de géneros alimentícios para 5 milhões de contos e aumentar a produção de energia por cerca de 3,2 milhões de contos.

O subsecretário de Estado das Obras Públicas referiu ainda que Alqueva possibilitará a criação de 31 mil postos de trabalho no período de vinte anos, prevendo-se a criação de 1200 no primeiro ano e de mais 6000 no sexto.

Entraram em vigor novos preços do tabaco

COMO EXPRESSO noticiou, foram publicadas novas tabelas de preços do tabaco. Os aumentos são de uma forma geral da ordem de 1530 para os maços de cigarros populares (passam a custar 4500); de 2850 para os maços de 24 e para os "luxos"; de 4500 para o tabaco normal sem filtro (um maço de Portugal Novo, por exemplo, passa a custar 11800); 4500 para o normal com filtro (passa para 14800); de 6550 para os "gigantes" (sobem para 14800); e de 8850 para os de "luxo" (passam a custar 20800). O tabaco picado para cachimbo, sobe 10800, e o tabaco fabricado no estrangeiro ou nos territórios ainda sob a dominação portuguesa, sofrerá um aumento no imposto de consumo.

Entretanto a Tabacalhas informou que se a ruptura de "stock" de tabaco tabelado ao preço antigo e revisto já se está a fabricar tabaco ao novo preço. Espera-se ainda uma diminuição do consumo, pelo menos no período imediato à subida de preços, sendo possível que o mercado se normalize no prazo de 1 ano.

O Decreto-Lei que determina a nova tabela de preços do tabaco ainda que quando o lucro líquido das tabacalhas nacionalizadas exceder as necessidades próprias do sector, pode o governo determinar a sua transferência total ou parcial para os cofres do Estado.

Balança Comercial em 75 Défice de 50 milhões

SEGUNDO dados estatísticos fornecidos pelo INE, o défice da balança comercial portuguesa era, em Outubro último, de ordem dos 39 milhões de contos. As estimativas para o final de ano não são as melhores prevendo-se que o défice global daquela balança atinja, para 1975, os 50 milhões de contos.

Para estes valores muito tem contribuído a necessidade de importação de bens alimentares e cuja redução se torna inviável a curto prazo. Na média mensal de Janeiro a Outubro os produtos alimentares e da agricultura representaram 23% do total das importações. Seguem em valores relativos a importação de produtos minerais (15,9%) e a de máquinas e aparatos, material eléctrico (16,2%). Por sua vez regista-se uma curta diminuição nas quantidades exportadas, sobretudo nos produtos mais tradicionais, em parte consequência da elevação de custos de produção, o que tem reflectido uma certa quebra na competitividade dos nossos produtos no mercado externo.

Relativamente às nossas ligações comerciais, continua-se a manter-se a nossa dependência face à Europa. Dali vêm 56,4% dos produtos que importamos; para lá se destina 71,6% da nossa exportação. A curto prazo as perspectivas não são as mais animadoras.

Crédito para subsídios de Natal

ATRAVÉS DAS DILOQUÊNCIAS da Federação do Comércio Retalhista Português com o Ministério das Finanças e do Trabalho e Segurança Social, foi concedido apoio à pequena e média indústria portuguesa e industrial por parte do Banco Português de Investimento para o Natal.

Até ao fim de Novembro de 1974, os pequenos bancos com capitalização inferior a 100 milhões de contos, poderão solicitar crédito para o Natal, com o limite de 10 milhões de contos e com prazo de 6 meses.

Expresso

75-12-20

13,22

SARDIÑA, Alfredo



A COMISSÃO DE EXTINÇÃO DA PIDE

UM MEIO PARA A CONQUISTA DO PODER

A ÚLTIMA variação do poder político em Portugal será ou já está a ser uma determinante na modificação da Comissão de Extinção da Fide/DGS e LP, como o têm sido todas as anteriores variações do poder. Demasiado importante e demasiado ambicionada, a Comissão de Extinção, enquanto o aparelho repressivo do regime fascista não estiver desmantelado, continuará a ser uma arma poderosa nas mãos de quem não estiver interessado na verdadeira extinção e procure servir-se dos arquivos para a conquista do poder.

Alfredo Caldeira, que fez parte da Comissão de onde foi afastado sem que explicações lhe fossem dadas, foi um dos opositores à criação do embrião de uma polícia política com base nos ficheiros da DGS. Associam-se a

Alfredo Caldeira nesta luta, entre outros, Fernando Oneto e os oficiais Rui Sá Leal, Tomé e Guerra (1.º tenentes).

Face às últimas alterações do centro de gravidade do poder político em Portugal, numa altura em que a Comissão de Extinção volta a estar em foco, agora ocupada por forças da GNR, entendemos que as declarações de Alfredo Caldeira poderão ser úteis para dar ao povo português uma ideia bastante clara da luta pelo poder (na Comissão) e do que esse poder poderá implicar.

Conduziu a entrevista pelo EXPRESSO, Benjamin Formigo.

Alpoim Calvão em 25 de Abril

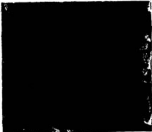
EXPRESSO — A primeira pergunta que desejávamos fazer-lhe era sobre a natureza da Comissão de Extinção da FIDE-DGS.

A. CALDEIRA — Julgo que a melhor maneira de lhe responder é começar desde o 25 de Abril, ou seja no dia em que a FIDE não é objectivo para os actores do golpe militar. Há factos relativamente desconhecidos tais como a presença no dia 25 de Abril na António Maria Cardoso do oficial da Mariana chamado Alpoim Calvão. Há factos igualmente quase desconhecidos que é a ida de uma companhia de fuzileiros à António Maria Cardoso e o seu retorno depois de conversações com Alpoim Calvão. Não ocupam a António Maria Cardoso e só mais tarde é que isso vem a ser feito, na noite de 25 para 26. Aliás, as últimas mensagens enviadas pelo director da FIDE, Silva Pais, aos postos espalhados pelo país são efectivamente significativas: "vósdes apenas têm que defender as instalações da população mas não pode haver a mínima hostilidade às Forças Armadas. Há que entender que não temos que trabalhar". Um porreum anedótico: já a FIDE estava ocupada e o director queria abrir os serviços, como sempre, às 9 horas.

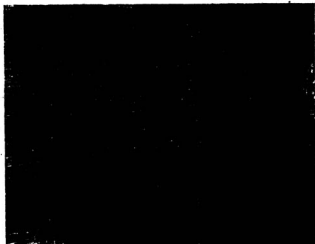
Talvez as pessoas não se tenham apercebido de certas pequenas coisas, como seja o tratamento que logo desde o início começou a ser dado à FIDE. Se não fosse a intervenção das massas populares na rua, etc., a premonição para que fosse desmontada e desarticulada a estrutura repressiva fascista, de que a FIDE e a Legião eram os dois principais estímulos, nada ou quase nada se teria feito. Daí que a prisão dos próprios agentes da FIDE tenha sido feita para proteger as suas vidas: até que os inimigos acalmassem nas ruas. Por isso mesmo, o director da FIDE, Silva Pais, só é preso em casa, julgo que no dia 4 de Maio.



Alpoim Calvão esteve na Fide em 25 de Abril



Silveira não pretencia acabar com a DGS



Arquivos da DGS

Silva Pais queria abrir as nove

EXPRESSO — Portanto Silva Pais estava na Antónia Maria Cardoso no dia 25 e 26 (ali o vi eu) quando a companhia de fusilheiros e a companhia de infantaria acompanhada por forças de Cavalaria entraram na Antónia Maria Cardoso, e ocuparam as instalações. Como se explica que Silva Pais não tenha sido preso imediatamente?

A. CALDEIRA — Como se sabe, vários indivíduos da FIDE tinham fugido perante a linha social de um ataque popular, que tinham mais um ataque militar que só chegou nas últimas horas do dia 25. E por volta da meia-noite que chega a primeira Panhard de António Maria Cardoso. O sôco principal, nomeadamente, director, directores, inspectores, chefes de brigada etc. estavam na Antónia Maria Cardoso e são detidos quando se dá a ocupação.

Passam-se, então, vários factos, um dos quais vale a pena referir: António de Spínola, então, Presidente da Junta de Salvação Nacional, nomeia novo director-geral da Segurança, que era um inspector-superior da FIDE. Nunca chegou, porém, a entrar em funções porque a população não deixa. Só que nunca chegou a ser preso, desapareceu. Em relação a Silva Pais e a outros quadros superiores da FIDE, ficam em liberdade, ou quando muito em semi-liberdade, indo dormir a casa durante dias e dias. Só quando a pressão popular realmente, aumenta, é que se vão buscar a casa os indivíduos que, no fundo, estavam a ocupar a FIDE, ou libertaram e os mantiveram, de certa forma, em liberdade.

Vale a pena referir aqui o caso do Porto, onde sem sequer houve operação militar contra a sede da FIDE. É a população que a ocupa e no fim vem uma coluna blindada libertar os Fides. Aláis como se passou em Coimbra, em Angra do Heroísmo e em Ponta Delgada. No Porto foi prometido à população que eles iam ser presos para o Quartel-General e depois, a partir do mesmo, foram uma pequena curva e libertaram-nos nas instalações de Farnalício. Entre eles, por exemplo, um dos assessores do Delgado, Rosa Casaco. Os próprios pides, há relatos de jornais da época que o confirmam, não acreditavam que iam ser libertados.

Estes pequenos episódios ilustram o espírito que reinava nos autores do golpe de Estado militar do 25 de Abril. Não queriam extinguir a FIDE, ou quando muito queriam-na transformar. A FIDE constituia um funcionamento (vide Programa do Movimento das Forças Armadas) nas colónias. Em Portugal acabam por ser presos para serem usados à ira popular. A manutenção sob custódia acaba por se prolongar porque os próprios dirigentes militares se apercebem que a FIDE era: pides na rua era pides morto. Os pides que tinham fugido entregam-se às forças militares para se obterem protecção. Contam-se pelos dedos os pides que conseguiram fugir do país nessa altura.

A Comissão de Extinção nasce de uma forma torta. Sucede que os militares ocupam as instalações da FIDE por completo ou quase. Assim porque de uma forma geral nunca tinham sido sob a vigilância. Pelo contrário: conheciam-se da guerra colonial. Achavam, por exemplo, que um inspector superior da FIDE era indivíduo pouco perigoso. Tinham muitas fantasias como sejam as colónias declaradas por eles passadas e publicadas nos jornais pelos interessados, segundo as quais não contavam que fossem de tal fosse da FIDE, etc. Na realidade eles podiam não o ser, mas podiam ter sido informadores, e que acontecia na maioria dos casos. Estas declarações eram passadas à Corga da Moura por pessoas que da FIDE apenas conheciam o nome.

Que é que sucede? Na bagagem destas forças militares vão muitos detidos. É digno na bagagem porque muitos deles eram indivíduos que foram libertados da cadeia no dia 26 de Abril. No dia 27 já estavam outra vez no mesmo sítio, mas desta vez em termos de extinção da FIDE. Anarquicamente, a base do contacto pessoal com o comandante da Força...

Desses indivíduos, exceptuando um, todos eles pertenciam à mesma organização política. Lembrou-me dum membro do Comité Central, Rogério de Carvalho, do departamento de Assistentes Constituintes João Honrado, do ministro Veloso de Oliveira, etc., etc., etc. O primeiro indivíduo, segundo creio, que não passou no mesmo partido (ou alguns não eram todos da CDE) sobe de regresso do exílio: é o Fernando Otelo. Portanto, outro incoerente começo da Comissão de Extinção. Há uma organização política, um PCP, embora sob vários disfarces, que se apodera



Silva Pais praticando tiro

sozinho de tudo e que é Comissão de Extinção.

Aqui vai suceder uma coisa extremamente importante: é que a história destes meses em Portugal vai passar-se, muitas vezes, com antecedência, ao Comando de Extinção. Concretamente: aquilo em que hoje tudo a gente fala, no social-fascismo, começou a verificar-se, muito antes, na Comissão de Extinção.

Os indivíduos que faziam usando belas frases socialistas, tinham ao nível da prática uma actuação fascista. Isto não o sentimos na Comissão de Extinção. Efectivamente a actuação desses indivíduos que se apoderaram da Comissão era tipicamente social-fascista. Apenas ao nível das palavras estavam interessados em desmantelar o aparelho repressivo fascista. O que estavam interessados em saber, para eles, quais eram as interpenetrações, e eram muitas, entre a FIDE e o PCP. Estavam interessados em combater as várias ligações da FIDE com os serviços de informação estrangeiros. Estavam interessados em colher elementos sobre a guerra colonial e os oficiais que com o 25 de Abril tinham sido projectados para primeiro plano, e que tinha uma facilidade de ver: estavam interessados em conhecer problemas de tráfico de armas, etc., etc.

Durante meses a fio, esses indivíduos fazem interrogatórios a agentes da FIDE e, quando numa fase posterior, passados meses, se tenta tomar jurídica a extinção que de todos estes interrogatórios, de

tudo esse trabalho de análise documental, do tal grupo inicial, não havia sequer vestígios. Não havia um papel onde constasse. Estava tudo na cabeça de alguns. Esta actuação que depois mobiliza outros sectores da vida nacional combateram, que é uma actuação fascista na prática embora muito socialista nas palavras, começou na Comissão de Extinção e começou quase no 25 de Abril. Aláis, a liberdade da actuação deste grupo inicial era completada pelas directivas da extinta ISM (há uma famosa directiva que neste momento já deve estar destruída) que proibia a entrada na Comissão de Extinção de indivíduos que pertenciam a organizações políticas que não dessem garantias de concordância com o programa do MFA. Isto em Maio de 74. Esse papel está assinado precisamente pelo almirante Rosa Coutinho que é, não o primeiro responsável, mas um dos principais responsáveis pela Comissão de Extinção. Acontece de lá tinha estado para ser o general Galvão de Melo e antes deste tinha estado para ser o ten. coronel Vasco Gonçalves e antes tinha estado para ser outro. A Comissão de Extinção foi sempre a mesma batata quente. E precisamente, além que em Julho, já se sentou a trabalhar na Comissão de Extinção, o meu primeiro contacto com o almirante Rosa Coutinho. Foi quando ele apresentou a exigência de libertação diletta de dez pides.

EXPRESSO — Libertações indiscriminadas ou...
A. CALDEIRA — Indiscriminadamente.

A actuação de Galvão de Melo

EXPRESSO — Quer fossem tortionários quer não?

A. CALDEIRA — Deu pides por dia. Ao fim de um mês estavam trementos libertados e bastariam três meses para estarem todos cá fora. Obviamente devia-se começar pelos motoristas ou pelos rádio-telegrafistas. Só que a distinção entre aqueles que é tortionário e o que não é ... a verdade é que a grande maioria dos agentes da FIDE participava comumente e activamente na repressão e na tortura. A telefonista provavelmente para ganhar mais uns sobras, fazia umas horas de turno na tortura do sono, por exemplo. Só uma investigação cuidada permitiria saber quem era tortionário e quem não era, quais seriam os que não eram.

EXPRESSO — Essa investigação cuidada fez-se alguma vez?

A. CALDEIRA — Essa investigação cuidada... As tentativas de fazer essa investigação cuidada é no fundo a história da Comissão de Extinção durante vários meses. Uma das características da Comissão foi a permanente reestruturação, reestruturação entre outras, obviamente. A luta de interesses em torno dos arquivos da FIDE e da memória dos detidos da FIDE, era de facto qualquer coisa de grande, e portanto, cada grupo político tentava pô-la no seu serviço.

Praticamente quando eu entrei dava-se início à tentativa de apuramento de responsabilidades. E nesta altura que é nomeado para a Comissão de Extinção o comandante Conçoção e Silva, e nomeado precisamente por ser um jurista: para poder ajudar a dar um tratamento jurídico ao apuramento de responsabilidades relativamente aos agentes da FIDE. É a partir dessa hora que se tenta fazer um grupo de oficiais averiguantes, e que se tenta retirar aos civis que lá estavam o direito de poderes interferir a seu bel-prazer e de sua bela memória quem quiseram e colher os elementos que quiseram que se tentam seguir as normas processuais mínimas que deuses não só a garantia de se fazerem processos que correspondessem minimamente aos interesses que o povo português tinha no apuramento de responsabilidades e que por outra lado, dessem garantias aos próprios arguidos.

Data dessa altura a ida do almirante Raul Carvalho para Angola e da promoção no cargo pelo general Galvão de Melo. Julgo que lá o disse uma vez, independentemente das questões políticas que

se podem por e que se põem obviamente, em relação ao general Galvão de Melo: ele é o único responsável pela Comissão de Extinção que tenta fazer os meios para que esta prossiga o seu trabalho. A verdade é que durante a vigência do general Galvão de Melo à frente da Comissão de Extinção, não há praticamente libertações de agentes da FIDE. Pelo contrário há a detenção de dezenas de agentes. Em todos os outros períodos deu-se sempre o inverso: libertação e a prisão de um mês a mês.

EXPRESSO — A que se deve essa diferença de actuação?

A. CALDEIRA — Julgo que o general Galvão de Melo estava em funções até 28 de Setembro. O equilíbrio político do país era extremamente precário. Havia possibilidades de se fazer pressão no sentido de se apressar as questões da Comissão de Extinção no caso do apuramento de responsabilidades da FIDE. O general Galvão de Melo, inicialmente pôe algumas dificuldades quanto ao funcionamento de meios humanos para esse trabalho. Ao nível do sennedão, e não foi ele Galvão de Melo o responsável foi indicado para oficial averiguante da Comissão de Extinção e chefe do Estado-Maior da Legião entre outros. Nessa altura há uma exigência de largos sectores militares e civis ligados à Comissão no sentido de serem fornecidos meios. Se ele hesita durante bastante tempo acaba por ceder e efectivamente empenhar-se para que fossem fornecidos meios para se apressar o desmantelamento da FIDE.

Os meios que nós exigimos eram fundamentalmente um número grande de oficiais averiguantes, sobretudo a nível de milicianos, pois se julga que por viram da Universidade poderiam dar maiores garantias, sabendo o que estavam a fazer. Porque de facto uma grande parte dos oficiais do Quadro que por lá haviam passado estavam para a FIDE como bol para palácio.

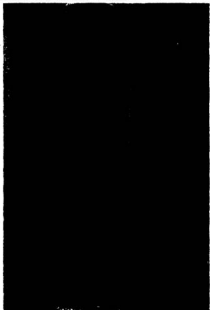
Não apenas-seos terminantemente à libertação de dez pides por dia. Demandamos lá altura as coisas conhecidas de imprensa do comandante Conçoção e Silva, no sentido de q'os se a andar para a frente com os processos. Começo efectivamente a avançar-se. N'os mês, em Julho de 74, fizeram-se os dois últimos processos que a Comissão de Extinção alguma vez elaborou: o do senador Dias Coelho e do general Humberto Delgado. Estranhamente continua qualquer um deles por julgar.

EXPRESSO — Existe alguma explicação para que esses dois casos não tenham ainda sido

Delgado em tribunal militar

juízes apesar de terem sido entregues em Tribunal Militar em Julho de 74, chegando a ser anunciado o julgamento para Agosto desse mesmo ano?

A. CALDEIRA — A verdade é que a Comissão de Extinção, e nomeadamente o Inspector da Polícia Judiciária que lhe foi agregado para o efeito, o Inspector Santos Carvalho desentroueram os casos e trabalho em cruciados espaço de tempo, na elaboração da primeira parte do processo Delgado. No fim de contas a elaboração da plataforma factual do assassinato, no seu caso é que ele de facto fora assassinado: quem foram os indivíduos que o assassinaram, quem o conduziu, quem foram os seus descobridores etc. Em meu entender há no caso Delgado uma questão muito mais importante: quem e mandou assassinar, quem lucrava com isso, quem foi o cúmplice no assassinato por acção ou por omissão. Quanto a essa primeira parte do processo, foi entregue em Tribunal Juízo em fins de Julho, dia 31 segundo creio ou nos primeiros de Agosto. A partir daí a Comissão de Extinção nada mais teve a dizer com o caso Delgado. Está entregue em Tribunal Militar. A sua competência proceder às diligências processuais restantes. A única coisa que me ocorre é que é muito estranho que ainda se não tenha procedido ao julgamento. Desembocho as razões. Elas são da latente responsabilidade do Tribunal Militar competente. Claro que a demora se justifica toda a espécie de especulações.



Uma fotografia histórica: a porta principal da DGS, ocupada pelas Forças Armadas em 25 de Abril de 1974

Oneto e Cerqueira

EXPRESSIONO — Tem-se falado e escrito muito sobre o caso Delgado. O Fernando Oneto desenvolveu intensa actividade nesse sentido. Ultimamente o engenheiro Cerqueira fez acusações muito contundentes a dirigentes de partido-polições que neste momento integram o Governo. Existem elementos que possam corroborar as afirmações feitas, a nível da Comissão de Extinção?

A. CALDEIRA — Quando se fez aquele processo Delgado existia no espírito de todos nós a convicção de que aquilo era o mesmo indispensável. Por detrás havia toda uma questão política fundamental, que no fundo é a história política desta país nos últimos 20 anos, a partir de campanha eleitoral de 58. Nela obviamente iam aparecer referências dezenas de milhares de indivíduos mais ou menos prominentes

politicamente já na altura. Desde o princípio tínhamos que essa parte da investigação fosse feita e portanto fossem sendo coroados elementos no âmbito documental dos papéis da FIDE, em interrogatório dos respectivos agentes, etc., de responsáveis governamentais da altura para se completar esse trabalho.

A verdade é que o caso Delgado no seu todo toca problemas muito delicados. Muita gente que teve a ver com o geral não está hoje muito interessada em falar. Alguns recusam-se mesmo a faz-lo...

EXPRESSIONO — Tais como por exemplo?

A. CALDEIRA — Juízo que isso se verá no processo que está entregue em Tribunal. Nomeadamente as questões ligadas a Argel são bastante complicadas. Há muitas questões intrincadas umas nas outras. Toda a gente promete revelações sobre o caso, mas ninguém o fez até hoje. Muita gente diz possuir documentos sensacionais, mas ninguém os mostrou ao povo português. Até um jornal que recentemente prometeu publicar a correspon-

dência de Humberto Delgado e Henrique Galvão existente num Banco de Paris (Gazeta de Sul, de 22 de Novembro de 75).

Por acordo entre nós o problema político do caso Delgado começa, a partir de uma certa altura a ser entregue ao Inspector Santos Carvalho que tinha feito a investigação factual e ao Fernando Oneto.

Há que saber porque é que as pessoas não estão interessadas em falar de caso Delgado. Que medos existem? Porque é que a certa altura, um tal Napoleão Guerra que mais tarde se apoderou da Comissão de Extinção, veio dizer que essa investigação não existe? É claro que ele não sabia, porque ele nada sabia sobre a Comissão. Efectivamente estavam a decorrer investigações, havia inclusivamente idéas no extrapálio com essa finalidade. Houve inclusivamente conversas com muita gente que nunca puderam ser esclarecidas porque a partir de certa altura, com a saída do Fernando Oneto e minha da Comissão, fomos votados o acesso aos documentos ligados ao caso Delgado.

Continua na pág. 22

Caxias transformara-se num estado sob o controlo do PCP

1976 - 15 de Maio de 1976

tranhamente, pelo que nós sabemos, nunca, mas ninguém se debruçou sobre eles. Evidentemente, que muita gente em segredo o terá feito.

O partidarismo de Nápoles Guerra

EXPRESSO — A vossa saída da Comissão ocorre, se a memória me não falha, pouco depois da entrada do major Nápoles Guerra para o executivo da referida Comissão.

A. CALDEIRA — Creio que é aqui a altura de dizer que estou farto de entrevistas. Estou farto, julgo que posso dizer que também é esta a posição do Fernando Moneto. Estamos fartos de esclarecer as pessoas e estamos fartos da inacção das pessoas, por conseguinte, da sua compulsião, nomeadamente de dirigentes políticos deste país. Porque a verdade é que, e respondendo directamente à pergunta, a Comissão de Extinção desempenhou um determinado papel, para o caso julgo que não será muito importante aqui referir, no 25 de Setembro. Após o 25 de Setembro entra em mais uma das suas crises cíclicas. Desta vez precipitada pelo afastamento, por um lado do seu responsável mais elevado, Galvão de Melo, afastado da ZSN; por outro devido ao afastamento de Conceição e Silva que é nomeado secretário de estado da Comunicação Social e por outro lado foi também afastado o comandante Costa Correia, que tinha sido

precisamente o comandante da Força de Fusileiros que ocupou a António Maria Cardoso no dia 26 de Abril. Dá-se de repente um vácuo ao nível da direcção, pelo menos aparente.

Se António Maria Cardoso ficou sem chefia directa, Caxias tornara-se num Estado sob o controlo da mesma força partidária, sempre o PCP. Caxias singrava nas águas do 25 de Setembro. Precisamente a seguir a esta data, quando eu entretanto, na existência do vácuo havia assumido a chefia da Comissão, aparece um indivíduo que diz que é major e chamar-se Nápoles Guerra. Obviamente pergunto-lhe ao que vem e ele responde-me: "venho trabalhar".

Eu que sempre fui civil já tinha ouvido falar em guias de marcha e perguntei-lhe: onde está a sua guia de marcha para se apresentar aqui "há-de vir", respondeu-me. Típica política do facto consumado. Este senhor mostrou desde o princípio total desconhecimento do que se passava. Ele não pertencia à Comissão de Extinção; ao, apareceu lá pela porta do cavalo sem guia de marcha. Ninguém sabia quem o tinha mandado e ele também não dizia, mas mais tarde veio a dizer que tinha sido o primeiro-tenente Miguel Judas. Nada sabia sobre a PIDE e a Legião.

Isto aliás levanta-se a muitas outras questões. Após o 25 de Setembro ninguém queria resolver o problema da Comissão de Extinção. Lembro-me que passaram por lá com essa finalidade Melo Antunes, Saraiva de Carvalho, Vasco Gonçalves e Lopes Pires.

Agarrou na pasta e foi-se embora

EXPRESSO — Talvez tenha um certo interesse referir a passagem do general Fiaber Lopes Pires, pois, segundo parece, chegou lá, ouviu as passas, tirou o cachimbo, agarrou na pasta e foi-se embora, apresentando a demissão no mesmo dia.

A. CALDEIRA — Exactamente. Efectivamente veio a uma reunião em que junto à mesa os responsáveis de Caxias e de António Maria Cardoso. Aparentemente que o ambiente estava um pouco quente. Pedimos-lhe a opinião no fim, disse que ainda não estava inteirado e foi a última vez que o vimos. Era então membro da ISN. Era o ambiente surrealista que aqui se vivia julgo que por influência dos fantasmas da casa.

O major Nipoles Guerra aparece precisamente assim. Vai ficando. E vai assumindo sempre pela política de facto consumado a direcção de partes do serviço. Assume nomeadamente a direcção de Caxias, onde estava concentrada a maioria da documentação referente à PIDE e de que também em grande parte dependiam os s. vícios prisionais. A parte de justiça que se processava na António

Maria Cardoso não lhe interessava nem de perto nem de longe. Recusava-se a ouvir falar nisso. Por estranha coincidência entrou para lá também a dizer que tinha simpatias pela CDE. A partir daí faz um trabalho paritário escandaloso.

EXPRESSO — Por exemplo? A.

CALDEIRA — A pontos de uma reunião me proibiu de fazer referências menos primorosas ao PCP e quando está consumado o seu "golpe de estado técnico" apoderar-se da Comissão de Extinção.

Verifica-se depois a chegada do major Oliveira e do coronel Pestana que apenas passaram por lá. Como disse o Fernando Gasto assustaram-se e cavaram enquanto era tempo. Cederam a chantagem, etc... Entretanto aparece Sílvaro Ribeiro que também diz que aquilo é muito complicado e que não sabe como há-de resolver. E tudo vai vivendo assim. Só que entretanto após o 28 de Setembro e no seu seguimento directo a força política que dominava a Comissão de Extinção instalada em Caxias, o PCP tinha tomado o gosto à actividade policial e propõe concretamente, e isso foi falado mais tarde a transformação da Comissão num embrão da nova polícia política do Estado democrático. Então dá-se a cisão entre aqueles que tinham uma mentalidade fascista ou social-fascista e aqueles que com ideologias diferentes, todavia, eram antifascistas e anti-social-fascistas. Entre aqueles que estavam interessados em desmantelar o aparelho repressivo fascista e impedir que ele renascesse das cinzas e todos os outros que estavam interessados em que ele nascesse e já.

Uma nova policia politica

EXPRESSO — Se não erro, essa nova policia politica constava de um projecto de reestruturação subscrito entre outros pelo major Nâpoles Guerra e por Rogério de Carvalho num capitulo intitulado Investigação II.

A. CALDEIRA — Exactamente. Criava-se eufemisticamente uma Investigação I, sobre a PIDE e a Investigação II que era a investigação voltada para o futuro segundo eles diziam (sic). Enquanto a Investigação I tendia a decrescer, a Investigação II tendia a aumentar para defender a democracia (sic). Oposemo-nos frontalmente a esse projecto, muitos militares e civis e contrapusemos em Janeiro um projecto de reestruturação que passava fundamentalmente por dois grandes objectivos: a realização imediata de processos a todos os delictos que entretanto que já lá estavam há a um ano sem que fossem a Tribunal e o apuramento efectivo das responsabilidades de todos os elementos não só do aparelho repressivo fascista como de todos aqueles que com ele colaboraram, dele viviam ou com ele lucraram. Apositamos nomeadamente para os grandes senhores do fascismo que sem tujaarem as mãos tinham uma PIDE ou uma Legião ao seu serviço nessa altura contra a opinião expressa do major Nâpoles Guerra numa tentativa de inquirir sobre as ligações pido-empresa e pido-serviços públicos. Aqui convém contar uma história interessante: a história refere-se precisamente à inquirição sobre as empresas que colaboravam com a PIDE e com elas avançadas para a repressão sobre a classe operária. As pastas respeitantes a estes assuntos tinham sido desobertas logo em Maio de 74. No entanto, a memória das pessoas é curta. Havia nessa altura em Portugal uma vaga crescente de greves, um movimento reivindicativo da classe operária extremamente poderoso. O partido que mais o contrariava era o PCP. Obviamente o PCP da Comissão de Extinção opõe-se a que se messem as ligações PIDE-empresas porque isso, no ver deles iria constituir achas para a grande fogueira que grassava no país. Isto em Maio de 74.

EXPRESSO — Concretamente através de quem se opõe o PCP ?

A. CALDEIRA — Através de indivíduos que lá estavam e dominavam Caxias. É injusto que estejam a ser sanados contínuos por terem ligações com a PIDE, enquanto administradores da mesma empresa são hoje tidos pelo por belos democratas e não só davam informações à PIDE como as recebiam e as pagavam. Um dia saber-se-á se aqueles que foram felizes para que se não metessem em multas e figuras de nossa praça. Quando se tentou tocar no assunto, foi precisamente Nâpoles Guerra quem se opôs dizendo que isso era um vespeiro.

Voltando à nossa proposta de reestruturação, aprovada pela esmagadora maioria do pessoal civil e militar em serviço na António Maria Cardoso e em Caxias, contra uma escassa minoria de desaproventos, os militantes do PCP e os militares simpatizantes do mesmo Partido, ela chamava a atenção para a neces-

sidade desse trabalho, para os processos urgentes aos podes e para que fosse resolvida a sua situação em termos de justiça. Além disso tal reestruturação contrariava frontalmente a criação de quaisquer espécie de policia politica ali dentro. Noventa por cento daqueles arquivos tinham elementos contra a esquerda e não contra a direita. É evidente porém que os elementos da Comissão de Extinção tinham muito mais interesse em fazer ficheiros daqueles que eles chamavam os esquerdistas do que dos fascistas. Esses ficheirinhos podiam servir para chantagens futuras.

A nossa proposta de reestruturação foi ultrapassada pelos factos por uma série de golpes e contra-golpes, que não vale a pena referir aqui e que culminam com a demissão do então presidente da Comissão, coronel Pereira, e, no mesmo dia a assunção do poder efectivo por despacho do então almirante Silvano Ribeiro, o major Nâpoles Guerra.

Primeiro acto: expulsão de dois civis: o Fernando Oneto e eu. A nenhum de nós foi dada qualquer explicação. Foi-nos apenas dito que nos punha na rua e proibida a entrada.

Devo aqui dizer que o facto de eu e o Oneto aparecermos associados, essa associação é extremamente simples: independentemente das diferenças ideológicas entre nós existentes e que nunca escondemos, houve entre nós uma politica claramente definida: o interesse em desmantelar o aparelho repressivo fascista e a oposição terminante quanto ao seu aproveitamento em termos social-fascistas. Esta plataforma permitiu que muita gente colaborasse na Comissão de Extinção. Mais tarde vêm a ser afastados sem razões, uma série de militares e civis: todos os que não eram afectos ao PCP. Há que fazer aqui uma grave acusação: a complicitade que os mais variados dirigentes deste país tiveram na deterioração da Comissão de Extinção. Muitos se comprometeram a tomar medidas imediatas, mas todos os não as tomavam ou as tomavam timidamente e a medo. Esse processo foi mais visível no 28 de Setembro. Uma boa parte das prisões nessa altura feitas são da competência da Comissão. Por exemplo uma lista de repressivos pela Legião que o sector da Comissão, que tratava do assunto, entendeu serem necessárias para averiguações. Entendia que algumas delas seriam extremamente sumárias e outras se poderiam prolongar por algum tempo. Essa lista foi accionada por nra coincidência no dia 28 de Setembro. Ao contrário do que Oneto diz numa carta, isso nada teve a ver com a segunda Divisão do EMGFA. Formos nós, Comissão de Extinção que as accionamos e as executamos. Só que não fomos nós que os libertamos no dia seguinte. Esses indivíduos responsáveis da Legião começam imediatamente a ser libertados por decisão conjunta do Conselho de Ministros, restos da ISN, Comissão Coordenadora do Programa, Governo, Conselho de Ministros, Copcon, enfim. Toda a gente se meteu no astrato. Toda a gente se meteu, toda a gente meteu nesse vespeiro, sem que ninguém tivesse a decisão de fazer entrar a Comissão de Extinção nos eixos.

Uma história entre tantas

EXPRESSO — Estas libertações foram feitas com o acordo da Comissão?

A. CALDEIRA — Com a aprovação...

EXPRESSO — Portanto a Comissão de Extinção foi consultada sobre o assunto...

A. CALDEIRA — Não. Recebemos uma ordem para os libertar imediatamente, ainda mais tarde, a responsabilidade de dirigentes políticos volta a ser uma questão extremamente importante quando do nosso afastamento, o do Oneto e o meu e muito tarde desse grupo de militares e civis.

A responsabilidade da Comissão torna-se em verdadeira complicidade com as manobras nitidamente partidárias sob a égide de Napoleões Guerra. Mas ninguém passa a saber o que se passa ali, sem os órgãos de informação a ela têm acesso.

A propósito posso contar-lhe uma história verdadeiramente ridícula que se deu após a divulgação da nossa expulsão: Nápoles Guerra passa na Seara Nova um documento dizendo que era da autoria de Napoleões Guerra. Na realidade o documento tinha três meses e era da autoria de dois dos expulso: o Sá Leal e eu.

EXPRESSO — De que tratava esse documento?

A. CALDEIRA — Tratava da reorganização da Comissão, precisamente sob as bases para o projecto da sua reestruturação. Tudo isto se complica de tal forma e as complicações são tantas que eu e o Oneto fomos ameaçados de prisão se não entrássemos calados.

EXPRESSO — Quem fez essas ameaças?

A. CALDEIRA — No meu caso, pelo menos, elas foram feitas por um membro do Conselho da Revolução já após o onze de Março.



A queda da prisão de Caslões

A dança e a contra-dança

EXPRESSO — Pode saber-se quem?

A. CALDEIRA — (Silêncio). Não vale a pena. Está actualmente na mão debaixo.

Mais tarde começa a dança e contra-dança dos chefes. Primeiro é o tenente Judas, depois volta a ser Rosa Coutinho, depois creio que entro no vício. Durante esse tempo todo que fazem eles? Em que gastou durante este ano a Comissão de Extinção trinta mil contos? Ninguém sabe. Os trinta mil contos não incluem os serviços prisionais que terão tido uma verba talvez da ordem dos cinquenta mil... Processos feitos, dizem que há trinta, sem confirmação. Eu só ver, David.

Quando fui forçado a abandonar a Comissão estavam iniciados cerca de 600 e alguns em fase relativamente avançada.

Após o 25 de Novembro, como se sabe, são desajustados os "antigos moradores" da Comissão e eu tive uma vaga esperança de que era possível, apesar de tudo, recuperar alguma coisa. Aprestar a justiça devida aos indivíduos que prestavam serviço na Pida; desmanchar alguma coisa nunca foi desmanchar, a Pida, e sobretudo dar co-

nhecimento ao povo português do que era a Pida. Porque para além das vagas informações dadas em conferências de imprensa nos meses de Julho-Agosto, nunca mais ninguém foi informado sobre o que era a Pida. Note-se que mesmo estas escassas informações tiveram sempre a oposição do major Nápoles Guerra.

EXPRESSO — Que aldis veio desmentir, pouco depois do onze de Março, a notícia publicada pelo **EXPRESSO** sobre o que se estaria a passar na Comissão, nomeadamente a investigação II, o seu saneamento e o do Sá Leal...

A. CALDEIRA — Exacto. Concretamente ao meu caso e do Oneto, pedimos em Fevereiro um inquérito que continuamos a aguardar e entendemos que o poder actual está mais uma vez perante a mesma vacilância: toma a posição de encobrir os ombros ou toma uma posição afirmativa que pode ser de duas espécies; ou faz da Comissão realmente uma Comissão de Extinção ou aproveita-a para um serviço de informações; há o dilema e repito-o agora: tal como me opus à criação ali de uma polícia política, oponho-me igualmente ao seu aproveitamento mascarado de tecnocrático. As informações ali contidas dizem respeito ao povo que deve ter conhecimento delas e não são políticas

mais ou menos sofisticadas, chamem-se elas Silva Pais ou James Bond.

Neste momento a minha posição, julgo que será de maior parte dos elementos expulso, é muito simples: exigir que seja feita reparação e exigir como qualquer cidadão que a Comissão cumpra a finalidade para que foi criada: desmantelar o aparelho repressivo fascista. Além disso, a grande maioria da documentação da Pida e da Legião devia ser aberta ao povo português e não ser privilégio de alguns.

Exijo, julgo que ainda posso, justiça para com os criminosos responsáveis da Pida. Falando-se agora de amnistias e temo seriamente as amnistias que possam vir a encobrir o que lá se passou e o que lá se está a passar.

Em resumo, a Comissão foi utilizada partidariamente, foram afetados todos os discordantes, não desmantelou o aparelho repressivo fascista, julgo mesmo que se hoje algum director-geral da Pida voltasse, a questão era apenas pôr-lhe a cadeira mala e julgo.

Tem-se falado de casos exemplares como o da invasão de Coakri, o do assassinato de Eduardo Mondlane e há uns milhares de casos semelhantes que nunca foram investigados por falta de interesse.

O Angoche e as toneladas de documentos

EXPRESSO — Relativamente ao caso Angoche há alguma coisa? A CALDEIRA — Talvez valha a pena fazer um pequeno resumo acerca da situação dos documentos da Fide, quer em Portugal, quer nas colónias. No 25 de Abril, grande parte da documentação da Fide em Portugal caiu nas mãos das forças militares que ocupavam as instalações, embora tenham sido destruídas várias cópias. No que respeita a Angola, salvo excepções, as Forças militares portuguesas tiveram sempre o controlo de toda a documentação da Fide. E a Fide em Angola tinha cerca de 150 postos. Esta documentação transitou toda para Lisboa, são mais de 400 caixotes, cerca de 18 toneladas de papel. A documentação existente em Cabo Verde perdeu-se uma grande parte em circunstâncias nunca verdadeiramente averiguadas, estando erubescen-

çada a ida de uma delegação de Comissão a Cabo Verde para tratar do assunto Terralal. Sabotada várias vezes, nunca chegou a concretizar-se. Uma parte, no entanto, veio para Lisboa. Da Gulint veio também uma parte para Lisboa. Quanto à de Moçambique, respondendo concretamente à questão de Angoche, julgo que vieram para Lisboa três papéis. É uma imagem evidentemente, mas se não foram 3 foram 30. Todo o resto foi destruído. Entre os que vieram alguns referiam-se ao Angoche mas nada se relacionam sobre o caso. As famílias dos marítimos do Angoche sabiam mais do que aquilo que a Comissão lhes poderia dizer.

Já que estamos a falar de papéis e arquivos, passou-se um caso interessante quando era Presidente o comandante Conçoção e Silva. Tinha sido decidido entregar às organizações políticas que ainda existissem a documentação, nomeadamente publicações clandestinas, panfletos que lhes pertencessem. Quanto aos arquivos que não existissem, já que herdámos se não acreditam o espólio devia ser

entregue à Biblioteca Nacional enquanto que a documentação de carácter nitidamente pessoal seria entregue aos próprios. Nesse sentido há um despacho que datará de Setembro e foi cumprido. Só que ele foi cumprido apenas em relação a um Partido, o PCP. Tudo o que saiu de Caxias e foram quilos e quilos, ao certo ninguém sabe, porque não houve controlo, há provas que um dia se apresentaria, que há papéis pessoais que nada têm a haver com o PCP que foram nessa documentação. Nenhum outro partido recebeu nada, a Biblioteca Nacional nada recebeu e a grande maioria dos indivíduos nada recebeu. Eu próprio tinha objectos de família que eu tentei reaver e mesmo estando lá, nada consegui.

Outra história igualmente relacionada com o destino dos papéis, foi um despacho de criação de um grupo de trabalho de composição tripartida com representantes dos sobreviventes do Terralal: historiadores e oficiais encarregaram-se de fazer a história do campo de concentração e por outro lado averiguar as res-

ponsabilidades de pessoas ainda vivas e se repressão do "Campo da morte lenta" e também das pessoas já mortas mas com responsabilidades directas no campo de concentração. Nunca se deu execução ao despacho. Havia pessoas nomeadas que recusaram, outras não eram convenientes, outras vezes faltava indicar a data para o começo dos trabalhos e as coisas iam morrendo.

O que está na base da C.E. é a própria existência do fascismo em Portugal, é a repressão. De duas, uma. Ou se quer extirpar o mal até às raízes ou se quer aproveitar o existente para fins mais ou menos escuros e policiais. As nossas condições políticas do país impediram que houvesse uma efectiva extinção e desmantelamento. A complexidade de muita gente, também contribuiu para isso. Pode acontecer que neste momento se esteja a passar uma coisa semelhante, que é as pessoas não quiserem novamente mexer no assunto. Se quiserem o país está interessado em saber tudo, não só sobre a PIDE mas também sobre a Comissão da chamada Extinção da PIDE.

SOUSA, Alfredo da
MOTA, Magalhães
SANTOS, Nuno Rodrigues dos

Expresso

75-12-20

18-19

A cisão PPD

Ferreira Júnior: "O PPD não se vai transformar num grande partido carismático"

EM DUAS semanas consecutivas, o EXPRESSO ouviu as razões de duas formas diferentes de entender a cisão verificada no Partido Popular Democrático.

Depois de debater com quatro ex-membros do Governo as razões que os levaram a abandonar o Partido, é a vez de quatro dirigentes actuais do PPD se debruçarem sobre as causas e consequências da cisão, a sua repercussão nas diversas instâncias partidárias e as perspectivas do PPD na construção da democracia e do socialismo democrático. Alfredo de Sousa (AS), Magalhães Mota (MM), Nuno Rodrigues dos Santos (NRS) e Ferreira Júnior (FJ) analisaram as perspectivas da crise aberta e defenderam a democraticidade do seu partido. Pelo EXPRESSO, coordenaram Maria João Avillez e António Mega Ferreira.

EXPRESSO — Dizem observadores políticos, que o Partido Popular Democrático pode correr o risco de se transformar, neste momento, num grande partido de direita...

MAGALHÃES MOTA — Pensa que não existe esse risco, por uma razão simples: o programa do Partido não foi modificado, não foi sequer objecto de discussão. Por outro lado — e isso também é fundamental num Partido — a massa de aderentes não diminuiu.

O Partido continua pois com o programa apresentado por um conjunto de pessoas e que a esmagadora das mesmas subscreve. Inclusive o grupo que saiu do Partido continua a sustentar a validade do programa.

FERREIRA JÚNIOR — As pessoas e os meios de informação que agora dizem, como aliás está implícito na sua pergunta, que o PPD corre o risco de se transformar no partido de direita que não era antes são as mesmas que no início já diziam que o PPD era um partido de direita.

EXP. — Gostaria de precisar — aliás tinha a frase anotada entre aspas — que a frase foi dita pelo dr. Sá Borges, na última reunião do EXPRESSO, e não creio que o dr. Sá Borges sustentasse que o PPD, no início, era um partido de direita.

F. JÚNIOR — Não creio que o dr. Sá Borges dissesse que o PPD se tinha transformado num partido de direita, mas sim que corria o risco de tal acontecer, como,

por exemplo, o professor Miller Guerra, dizia, no início, que o PPD corria o risco de ser o abrigo dos fascistas. A afirmação é idêntica e, quanto à primeira, foi provado que isso, na verdade, não aconteceu.

ALFREDO DE SOUSA — Quer acrescentar duas coisas. Em primeiro lugar, parece-me demasiado pretenção um grupo de pessoas pensar que arrasta com ele para uma sala de espera o problema da democraticidade dos partidos. É evidente que a posição ideológica e programática de um partido não resulta apenas de ter meia dúzia de pessoas, mesmo que ocupem lugares de destaque. Toda a acção do Partido resulta, essencialmente, do comportamento das bases com fundamento num programa, bases essas que não mudaram, programa esse que não mudou. Que essas pessoas que saíram dos democratas e são de esquerda, não dividis, e até podem ab-ir.

Segundo ponto: a posição do Partido não vem sendo apenas definida na nossa prática de comícios, de declarações, tem sido definida num campo bem concreto, que é o da nossa acção na Assembleia Constituinte. A nossa acção na AC tem sido claramente social-democrata, isto é, apontando para um socialismo humano.

EXP. — Como se caracteriza o PPD face a uma plataforma de se desoja de esquerda?

NUNO RODRIGUES DOS SANTOS — Não tenho conhecimento de que haja alguma plataforma para que tenha sido soli-



Nuno Rodrigues dos Santos

citado o PPD. O que me parece é que toda a conduta do PPD, na Assembleia, na sua actividade de comícios, de acção, supõe claramente uma posição de esquerda, mas evidentemente uma esquerda convencional. Porque se amanhã se vir que a esquerda ultrapassa, num determinado grau, os nossos limites, então...

EXP. — ...Quer especificar melhor o que está por detrás dessas palavras?

N. R. SANTOS — Temos um ponto que reputamos essencial: a instauração da democracia em Portugal. Admitimos perfeitamente, e até em certos aspectos com muito entusiasmo, que essa democracia actua no sentido de conduzir a um socialismo. O que subordinamos é toda a acção a efectuar nesse sentido ao respeito das instituições democráticas

Esquerda e direita — partidos e pessoas

M. MOTA — Julgo que uma das confusões da vida política portuguesa, tem sido precisamente a facilidade de rotular os partidos e as pessoas. Se quisermos ser objectivos, é fácil concluir que não é um critério de relevância que marca a diferença entre uma esquerda e uma direita. Se em Portugal, só existissem dois partidos — por hipótese o Partido Comunista e o MRPP — com certeza que não atribuiríamos a nenhum a função de extrema-direita. Também, por exemplo, nos Estados Unidos é muito difícil classificar o Partido Republicano ou o Partido Democrático, como sendo da esquerda. Assim, tudo depende de uma situação concreta e, mais do que isso, o que está em causa, na distinção entre a esquerda e a direita, não é propriamente esse relativismo, mas uma atitude global.

Faço também que o critério, para chegarmos a um conceito autónomo da esquerda, não é o da oposição ao governo constituído; teríamos de concluir, então, que todos os Governos são de direita e que, portanto, todas as oposições existentes e abafadas nos países de Leste, seriam à esquerda.

Com a mesma facilidade com que calmos esse esquematismo, relativamente aos partidos, também em Portugal o mesmo tem sucedido quanto as pessoas. Habitualmente, no período de antes do 25 de Abril, de 1974, a rotular, com demasiada facilidade, as pessoas; quem não estava com o Governo, era necessariamente comunista. Neste momento, fazemos quase uma rotação de 180° e parece-me que isso é tão errado como o era o esquema anterior.

Um caso do meu partido é um bom exemplo: assistimos a toda uma especulação feita à volta de uma figura conhecida da oposição portuguesa — refiro-me concretamente ao dr. Artur Cunha Leal — que aparece intitulado, nalguns jornais, como sendo da extrema-direita do PPD. Se o dr. Artur Cunha Leal pudesse ser da extrema-direita de algum partido, nós estaríamos, com certeza, muito à esquerda neste país. Há muitas confusões que valem a pena ser postas à clareza.

F. JÚNIOR — Há, de facto, uma grande incerteza na classificação das pessoas, olhando ao seu passado político antes do 25 de Abril. Com frequência se procuram identificar pessoas como de esquerda, porque tiveram um passado de luta anti-fascista aberto, passaram pela prisão, nomeadamente; e os que não estiverem nesse luta anti-fascista como sendo pessoas mais ou menos de félicio de direita. Isto não é sempre assim, porque, quando se quer e pretende atingir determinados objectivos, já esse regress parece ser posto de lado, como é o caso, exactamente, do nosso militante, Cunha Leal.

Ultimamente com a dissensão de alguns membros do Partido, procura-se identificá-los como sendo os de esquerda porque têm, na sua maioria, um passado de luta anti-fascista. Encou no Partido, e não me considero, não obstante o meu passado de luta anti-fascista, à direita passando pela cadeia, uma pessoa mais de esquerda do que alguns que nunca tiveram esse passado. O facto de se ter sido ou não de oposição alguma dependes de muitas coisas, nomeadamente das possibilidades, dos condicionamentos da vida económica e familiar de cada um.

O significado da cisão

EXP. — Talvez poderíamos concluir daquilo que aqui foi dito que o PPD não corre o risco de se transformar num grande partido de direita. E não, porque o Programa não foi alterado, e não, porque a massa dos aderentes não mudou; e não, porque nenhum grupo que abandona o partido pode reintegrar para si levar a sua sola dose pé o aval de esquerda e o aval de um programa, que se funde com ela a rigorar. Neste quadro, as perguntas o que significa efectivamente a dissidência do PPD, internamente, a dois níveis: 1.º junto das bases, qual foi o seu que uma dissidência obtiver? e segundo, a nível de quadros, de dirigentes do partido?

F. J. — Em primeiro lugar, eu não considero que as dissidências sejam na sua totalidade definitivas, não vejo como pessoas dizem que o partido era de esquerda e agora passou à direita porque se deram determinadas dissidências; se se voltar a dar uma certa conciliação, voltarão a considerar estas mesmas pessoas que o partido voltou novamente à esquerda? Quanto à repercussão que teve nas bases, podemos dizer que na generalidade há uma clara rejeição, por vezes até muito violenta, da atitude tomada pelos dissidentes, não sendo as repercussões nas bases de forma a afectar a unidade e a força do partido neste momento. Diziam-o com experiência desde fim-de-semana, de largas assembleias plenárias que houve no país inteiro, em que foi generalizada a crítica e a censura aos elementos que se afastaram do partido, os quais estão efectivamente a sentir com uma certa angústia essa pressão. A nível de quadros, aceitamos que efectivamente houve pessoas, depois das dissidências, que ficaram numa situação de dúvida, de expectativa, alguns admitindo mesmo a hipótese de também poderem sair. O evoluir da vida política do partido, os encontros que houve, os diálogos que travaram fizeram com que essas pessoas, como o prova o encontro realizado entre o grupo que realmente se maninha na

expectativa e o Secretariado, não ponham já sequer a hipótese de saírem do partido.

EXP. — É que esse contínuo levantar, segundo cremos, uma outra questão: o que parece é que a questão é mais fundo do que isso, não se trata de uma simples reconciliação. De facto, o seu relatório no comunicado que foi divulgado, uma das partes subscrita de um documento intitulado «Milhares de PPD apresentam condições».

Parceira, portanto, que não se trata de uma reconciliação entre pessoas mas de satisfação de certas condições.

Eu gostaria de perguntar que condições foram essas que foram satisfeitas, para depois poderemos avançar para uma outra questão.

F. J. — O comunicado no EXPRESSO vem muito pequeno e não traduz as partes essenciais. No comunicado inicial vêm alinhadas as condições que levaram as pessoas a aceitar e a serem satisfeitas as suas reivindicações.

EXP. — De qualquer forma isso significa, da parte do Secretariado que aceitamos conjuntamente este comunicado, o aceitar e revê-lo dos estatutos e assegurar a efectiva democraticidade interna.

M. M. — E um facto. O Secretariado aceitou isso. Mas é um pouco mais completo. Aceitou-se o prosseguimento da revisão dos estatutos, de modo a que, na revisão dos estatutos, se tivessem sempre em causa o princípio da democraticidade interna. No outro ponto do documento, fez-se uma expressa invocação, partindo de certos estatutos em vigor que consagram o direito à tendência, dizendo que no âmbito desse artigo não há nenhum obstáculo a que essas várias tendências — se se vier a verificar que elas existem — possam organizar-se como tal. Portanto, foi o reconhecimento de uma revisão e a ideia que tal princípio viesse presidir a todas as revisões, sendo o objectivo assegurar a democraticidade interna do partido.

A. S. — A maior parte dos núcleos da área de Lisboa enviaram representantes ao Congresso e a



Alfredo de Sousa

verificação que eu fiz é que tanto os quadros como os nossos militantes inscritos nestes núcleos, estão, na sua grande maioria, com o partido. Houve agora dissidências, mas também houve a entrada de novas pessoas, algumas vindas de outros partidos ditos à esquerda do nosso. Quanto às condições que foram postas e foram aceites na sua maior parte, em meu entender, foram condições postas para afastar, de uma vez por sempre, as suspensas que existiram de que tais condições não seriam aceites pelo secretariado, ou seja, pelos próprios dirigentes do partido. A verdade é que essas condições estavam antecipadamente aceites porque elas consistiam da prática política do partido e dos nossos estatutos.

Um exemplo, a propósito da democraticidade. Será difícil encontrar um partido onde a democraticidade atinge por vezes exageros e causa mesmo alguns problemas funcionais, como o nosso. Outro dia respeito, por exemplo, à tendência. Outra coisa é dizer-se que não tem havido tendência, mas direito à tendência sempre houve. Salvo quanto a uma tendência que tem sido expressa e claramente manifestada e que é a tendência da JSD.

Em torno da democraticidade

EXP. — Não se a democraticidade interna do partido nunca esteve em causa, estatutariamente, há uma pergunta que nos surge; é que é precisamente sobre a democraticidade interna que se gera a dissidência...

A. S. — Exacto, é essa a explicação super estrutural: o argumento é que as eleições feitas à proporcional são as únicas que garantem a democraticidade. Eu estou à vontade para fazer disso, porque procurei fazer a reconciliação entre as duas e houve muitas pessoas que dizem que a eleição por maioria era tão democrática como a proporcional. A verdade é

que se diz que se a questão se põe em termos de democraticidade, e só a eleição à proporcional nos garante a democraticidade, então em Portugal não há partidos democráticos, porque nenhum faz a plataforma. Porque o Secretariado é eleito por voto à maioria e o Conselho Nacional, na parte que não está reservada aos organismos distritais e socio-profissionais da JSD, portanto na parte que é de eleição directa, é eleito à proporcional. São dois tipos de eleição, ambos democráticos. Se um é mais

democrático que o outro, não sei. Deve-se como exemplo a Assembleia Constituinte que foi eleita em termos de representação proporcional. Ora uma coisa são partidos que têm programas completamente diferentes, até oportuno, subsídios do público, debedidos e mais do que debatidos. Outra são listas que até ao momento não tinham a sustentação qualquer tendência ou interpretação ideológica do próprio programa do partido. Não é a mesma coisa; quanto um partido que tem um programa que ninguém contestou, sustenta que é mais democrático a eleição à proporcionalidade, está a fazer a defesa de outro tipo de eleição. É por isso o problema o fazer atribuir à representação proporcional o exclusivo da democraticidade.

Democracia e proporcionalidade

M. M. — Eu queria acrescentar um ponto aquilo que disse o Alfredo de Sousa, visto que eu estou particularmente à vontade, também fui subscritor de, uma proposta.

Em primeiro lugar, já aqui foi dito, é evidente que não se pode reduzir a democracia interna dum partido a um processo de eleição proporcional. Isso conduzir-nos-ia a rejeitar como não democráticas todos os partidos portugueses que não adoptem este método. No entanto, o que talvez seja importante acentuar são duas coisas: primeiro, é que a tendência dentro do partido não é uma questão pessoal, nem pode ser uma particularidade qualquer; não é verdade que o facto de Jorge Sá Borges usar bigode, ou eu fumar cachimbo faça uma tendência, nem é também uma questão pessoal. Portanto, se há tendências quando das um uma participação ideoló-

gica. Neste quadro, a consagração do direito de tendência (que ainda já existe dentro do partido) a nível de eleição, só teria significado se existissem tendências institucionalizadas. Ora, se as tendências só surgem quando se trata de fazer eleições, estamos perante um «jogo de cúpulas» unicamente para ocupar certos lugares de direcção dos órgãos do partido, e não perante autênticas correntes ideológicas.

Um outro ponto que gostaria de focar é o seguinte: há pelo menos um momento na tomada de decisões em que a regra da proporcionalidade não vigora; as deliberações são tomadas por maioria. Portanto, o que é sinal de democracia não é o obter-se uma maioria, mas sim observar a forma como

essa maioria se comporta na realização dos interesses do conjunto. Logo, fazer coincidir a existência de democracia com a adopção da regra da proporcionalidade, é um falso problema.

EXP. — Os factos que deves originar é claro já se vinham desenhando antes do Congresso, ou foram fruto dos factos que ocorreram no Congresso?

N. R. S. — A própria história deste conflito não dá indicação nem apoio a essa tese de que teria sido uma incompatibilidade nascida com essa base, e isto pela razão muito simples de que já havia indicações de discordâncias entre nós, mas não estava de modo nenhum definida a motivação dessa discordância.

O que se passou no Congresso?

EXP. — E por que então se chama?

N. R. S. — Bem, é evidente que tenho uma grande dificuldade de estar a determinar com rigor o que se pode ter levado um ou a criar um estado de espírito e levamos, no decorrer do Congresso a tomar uma atitude desta. Não se me afigura que tenha sido pelo menos da parte oficial do Cid, qualquer intenção de se ir em qualquer sentido as reuniões do Congresso. E tanto se que apareceram diversos pontos de estatutos que estavam discutidos e uma das dificuldades do Congresso foi exactamente o sustento da abundância de pontos e da dificuldade de se dar qualquer solução facilmente. Houve nenhuma espécie de menção das matérias contidas nos projectos, que foram levados como estavam, ao próprio Congresso. O que determinou um trabalho, de estar a apreciar por artigo, em cada um dos projectos. A forma como o processo desenrolou dentro do Congresso efectivamente ter criado paciência nas pessoas e criou a forma como ele estava a ser, o que poderia acenar e quer os sentimentos anteriores quer os sentimentos anteriores. Não há aqui uma explicação, e não há dúvida que é uma opinião mais aceitável do que se termos a adoptar a hipótese e existissem anteriormente determinadas tendências bem carizadas e que viessem depois a dar-se no Congresso, ou que se tivesse qualquer manobra de sentido de prejudicar esta ou de corrente favorável a esta ou a tudo isso se me afigura pouco sentido com as conclusões poderíamos tirar dos acontecimentos anteriores ao próprio Congresso.

EXP. — Mas, como se deu o acontecimento das diversas leituras contribuiu a forma do Sr. Sá Carneiro conduzir, de certa altura, a sua actuação no Congresso?

F. J. — Na minha análise sobre esta responsabilidade não da acção do Sr.

Geral no próprio Congresso gostaria de falar. Se pudesse ir ao fundo de tudo isto, talvez que começar por dizer que a política portuguesa, a vida de um de nós, por muitos anos não há-de ser marcada por um fascismo. Nós vamos ter a oportunidade em adaptarmo-nos à vivência democrática, como influenciados por informações durante muitos anos marcadas carácter e a vida de cada um. Também devo dizer que, em 25 de Abril, exactamente na sequência do fascismo, a vivência tem sido muito condicionada pelos órgãos de informação e desde o início, tem sido uma campanha contra a democracia, uma campanha de destruir o PPD, dando-o de direita, na medida que se tem afirmado a certos sectores que a Social-democracia toda a visibilidade de ser rejeitada pela maioria da população.

Eu não desocho e não que essa campanha tem sido influenciada dentro do Partido, que impossível isso não ter. Eu conheço a vida e tudo a nível das suas dimensões porque estou nele desde os primeiros passos, para a criação, há parte das questões políticas e do seu secretário dos que de princípio apareceu ligado a outros grupos da esquerda, o meu amigo da esquerda e agora. Mas não se dizem fazer parte de Sá Borges e agora. Mas não tive com eles durante tempo quanto a determinadas coisas e críticas, que podiam ser em relação à orientação que tinha tomava. Sei bem de factos (algumas com fundamento) para terem modo que o pudéssemos denunciar de uma linha democrática. Falei muito com o grupo que se opunha ouvi as razões de um e de outro e tenho verificado que o que me criou um clima de tensão, dentro do sector de pessoas influentes no partido e do sector. Eu considero que as razões que levaram a esta divisão do partido não estão no Cid.

"Sá Carneiristas" e anti

EXP. — Portanto, antes do Congresso?

F. J. — Sim. Há muito tempo que o partido (é a minha análise) se tinham formado dois pequenos grupos, um grupo a que se chamava dentro do partido os "Sá Carneiristas" (e que eu tenho dito que são mais pessoas que o Pape) e um grupo a que se chamou os "anti-Sá Carneiristas" que se opunha a este primeiro grupo.

EXP. — Encabeçados por quem?

F. J. — Haverá duas ou três pessoas mais influentes nesse grupo, mas não haveria, na minha opinião, um líder, nem de um lado nem do outro. Por razões de passado e de afinidade, tenho estado a estar ligado pelo menos por razões de amizade, àquele que se teria chamado o "anti-Sá Carneirista" e não quero negar que reconheço que há algumas razões fundamentadas para o recio, de ambas as partes, de que o partido pudesse se manter um pouco de democratização, a orientar-se numa direcção um pouco autocrática. Do outro lado, do grupo pequeno chamado "Sá Carneiristas", tem havido realmente a suspeita que parte dessas pessoas seriam influentes no partido, e que seriam pessoas mais preocupadas em destruí-lo do que em construir-lo — e daí estarem também permanentemente numa posição de hostilidade. Creio que, de um lado e do outro, se sinceramente que pensavam assim. Ambos desejariam realmente ver o partido progredir, mas punham certas reservas em relação a outras pessoas não acreditavam na sinceridade de algumas dessas pessoas de cada um dos grupos. As razões que se foram acumulando ao longo do tempo foram influenciadas pela falta de prática democrática. As pessoas estão apenas na preocupação, no recio de que o Partido tivesse cair num certo autoritarismo dominador. Esse recio vinha, em primeiro, do reconhecimento de que o Secretário-Geral do Partido não era pessoa a pôr em causa, porque sem ele o PPD sofreria um grande abalo no seu funcionamento. Conhecem a personalidade de Sá Carneiro, conhecem a sua grande capacidade política, são unânimes todos eles em o reconhecer exactamente por isso, porque saímos de um país em que



Ferreira Júnior

o fascismo deixou um forte carisma ainda nas pessoas, eles tiveram recio que este partido se pudesse transformar num grande partido autoritário. Daí a preocupação, como vinha a dizer, de introduzir nos estatutos, alguns pontos que vão além dos estatutos de outros grandes partidos social-democráticos da Europa. Foi agora, com o recio de serem afastados, que pretendiam salvaguardar uma garantia de que determinado sector, porventura, não os pudesse afastar. Daí esta proposta de representatividade, da existência de alas, como se dizia, e, portanto, da eleição por representatividade de listas. Eu próprio estava disposto a, se obgásemos à votação, votar nessa proposta de representatividade, embora reconhecesse que era um exagero, pois que não existia esse risco. Mas, parecia-me que era uma forma de salvaguardar a presença de determinadas pessoas na direcção do partido. Claro que o que poderíamos ter trazido uma certa hostilidade em relação a esta proposta de representatividade, pois que isso não era o que acontecia em outros partidos, foi o exagero; muitas pessoas começaram a ver nisso um desejo de, em todos os casos, manter um lugar de evidência, com excepção clara dos que não sinceramente, um desejo de guardar representatividade e um lugar de evidência dentro do Partido, evitando que ele pudesse cair em situações de autoritarismo, e começaram a ver nas pessoas que propunham isso o desejo de não perderem os lugares que tinham no PPD.

em estado de tensão

...P. — E isso reflectio-se no Congresso?

...J. — EXACTO. Foi neste estado de tensão que se deu o Congresso, não entre gabinetes, entre pequenos grupos de cúpula. Eu ouvi muitas vezes um sector que dizia a frequência: «Eu vou para o Congresso partir louco». Era este o estado em que estavam muitas pessoas em evidência, pessoas muito importantes e que eu muito gostaria de voltar a ver dentro do partido. Do outro lado, havia exactamente a mesma ideia: «há manobras para tomar conta do partido». Esta situação de um lado e do outro criou um clima muito mau dentro do Congresso e o mais pequeno incidente era suficiente para fazer estalar. Esse incidente aconteceu duas vezes: uma, quando Emílio Querrenzo fez acusações injustas a Sá Carneiro, acusações em que accusava, nomeadamente, de não ser democrático e que levou realmente a uma reacção muito viva de toda aquela assistência, mesmo aquelas que estavam dentro da chamada de «Mota Pinto».

...A reacção foi quase unânime dentro da assembleia, contra posições desequilibradas — extremistas, violentas, imaturas, emotivas. Como também aconteceu quando, merol de todo esse clima, Sá Carneiro, como sabemos que é, a viver num estado de tensão, cansado como todos nós, depois de longas horas de trabalho, acabou também por reagir duma forma bastante radical, quando insistiu em determinadas defesas e determinações. Nesse altura, tomou a atitude que foi desaprovada, não por aqueles que estavam nesse momento a aceitar a sua posição. E como exemplo das situações que existiam de um lado e do outro, nesse momento, há o seguinte: apareceram a determinada altura uma proposta, pedindo ao Sá Carneiro que indicasse qual a posição face ao que se estava a



Magalhães Mota

passar na reunião. Depois da intervenção, formaram-se dois sectores: um dizia que devia ter sido um do lado do Dr. Sá Carneiro que fez esse pedido para que o Dr. Sá Carneiro pudesse falar; do lado do Dr. Sá Carneiro, as pessoas que o apoiavam diziam que tinha sido um golpe do outro grupo, para o forçar a falar e ver se realmente conseguíamos criar o clima que se criou. Portanto, a preocupação de ver em tudo más intenções leva a este ponto. Nós estamos a passar por um clima de emoção e o próprio Dr. Sá Carneiro reconheceu por várias vezes, e mesmo em diálogo com o Dr. Mota Pinto, que a determinada altura perdeu também um pouco a serenidade. O clima de emoção está a passar, e, por isso mesmo, estamos a espera de reajustamentos, estamos a ver já alguns pedidos de regresso ao Partido, outros, neste momento, têm só a dívida de entrarão já ou não, e se não entrarem já, regressarão dentro de algum tempo.

Por isso, estou convencido que este partido, depois de um ano e meio de crise, há-de surgir com uma presença mais forte na vida nacional, talvez com desgosto daqueles que agora esfregaram as mãos quando viram essa ameaça de crise.

Sá Carneiro e os congressistas

EXP. — Gostaríamos de perguntar ao Dr. Nogueiras Mota se está de acordo com o grupo que diz que o Dr. Sá Carneiro condiz emocionalmente as mesmas, mais manipuláveis?

M. M. — Não estou de acordo com as críticas que fazem em manipulação do Congresso, pois não houve nenhuma espécie de manipulação — e parece-me muito importante salientar isso. A condução dos trabalhos pela mesa foi exemplar, no sentido da democraticidade, e isso foi unanimemente reconhecido por todos os Congressistas. Ninguém criticou a mesa durante os trabalhos e só agora é que surgem algumas críticas que lá dentro não surgiram...

EXP. — E acha curioso, que seja assim?

M. M. — Não acho curioso, li-mito-me a notar o facto. Julgo (e isto para mim também é importante como visão do Congresso) que havendo dois pontos a debater no Congresso nós esquecemos muito que havia um ponto que era muito mais importante para a vida política portuguesa do que a discussão dos estatutos: a posição política perante a evolução portuguesa após o 25 de Novembro, esse sim, era, para mim, um ponto dominante. A verdade é que, isto sim, pode servir de argumento a quantos entendem que não existe uma tão grande divisão de opiniões, pois quanto a esse ponto, e nesse momento, a proposta do Secretário-Geral só teve 4 votos contra e 1 abstenção. E isso sim, era bastante importante, levantava problemas políticos complexos e a posição dos congressistas foi de uma quase unanimidade.

A. S. — De uma maneira geral penso que a interpretação dada pelo Dr. Ferreira Júnior está correcta, se bem que tenhamos alguns pontos divergentes. Acho, no entanto, que é de salientar que havia, pelo menos da parte de alguns grupos, o desejo de permanecer com pé firme nos órgãos superiores dentro do partido. Julgo que aí não podemos fazer generalizações; alguns, por ambição pessoal, podem dar-lo agora claramente, outros pelo desejo de preservarem,

pela sua presença, determinada linha de orientação que lhes parecia a mais correcta. De toda a maneira houve grupos, que coincidiram nessa estratégia, para preservarem a sua presença em todos os órgãos de poder, outros ainda numa terceira linha, porque estavam perfeitamente convencidos (como do Dr. Mota Pinto) de que, ao pretender a regra da proporcionalidade, estavam a defender uma conquista valiosa para o partido.

No caso de Mota Pinto, houve acções convergentes, entre a posição dele e a de outras pessoas mas julgo que não se podem fazer generalizações. Agora, também me parece que é evidente que, face a estas posições de alguns dos grupos que convergiam, me parece que houve aproveitamentos pessoais, e tentativas de aproveitamento do exterior que pretendiam, por um lado, enfraquecer um partido que como alguém disse ameaçava de vir a ser gigantesco, e que as sondagens pelo menos aquelas a que os jornais fizeram referência) davam como o partido que iria ser mais votado nas próximas eleições. Dividir um partido destes salvaguarda a posição de outras formações políticas. Por outro lado, haveria um outro grupo de pessoas que talvez gostasse de ver a posição de Sá Carneiro mais limitada, porque isso facilitaria o jogo de certas combinações políticas. Portanto, no meu entender, os meios exteriores não foram perfeitamente neutrais. Por isso, esta divergência não só correspondeu à posição de determinados grupos, mas resulta também de uma manobra mais ou menos organizada de encorajamento para que certas coisas se passassem no Congresso.

Há ainda outro ponto: é que houve certas pessoas que, quando começou a ser tomada certa direcção disseram claramente evou-me embora. É claro que isso levou outras a declarar que as pessoas que estão dentro de um partido têm a possibilidade de dissentir democraticamente as posições do partido, e se depois não se conformam com uma regra de partido, é evidente que se depois quiserem sair, eles não fazem nada para o evitar.

Claro que a generalidade dos agora dissidentes não tomou tais atitudes prévias, é preciso dizer que havia e há posições muito radicalizadas relativamente àquilo que eventualmente se passaria dentro do Congresso.

Há duas leituras do programa?

EXP. — Se tudo portanto vem das diversas leituras relativamente ao Congresso, não haverá neste momento duas leituras do programa do partido? Pensa que os dissidentes têm uma diferente leitura do programa do partido ou não?

A. S. — Claro que ainda não falei com todos os dissidentes, mas daqueles com que já falei todos me disseram que não faziam uma leitura diferente do programa do Partido. Acreditavam nos princípios da social-democracia, poderiam talvez ver uma diferente assas mas nada de fundamental, nem isso sequer foi discutido, nem jamais poderá ser posto em causa. Não foi, portanto, o programa nem as leituras do programa que estiveram em discussão. Se alguns sentem uma ligeira dissonância ao ler o programa é evidente que essa dissonância já existiam anteriormente, e que naturalmente eu também tenho em relação aos que estão aqui presentes na mesa. E devemos aqui salientarmos um facto na vida do Partido que é bastante elucidativo. Quando o Dr. Emídio Queirós tomou posse do cargo de Secretário-Geral substituído, buscaram-se dúvidas, no interior do partido, sobre determinado tipo de leitura que ele estaria a fazer do Programa. Pois bem, na altura, as pessoas que tiveram dúvidas e pertenciam aos órgãos dirigentes do partido tiveram a serenidade suficiente para nunca porem em causa a unidade do Partido, o que, no entanto, não impediu que houvesse um debate interno, para ver qual a direcção e o caminho certo que se devia tomar. E nessa altura ninguém tomou a atitude de uma

cição ou mesmo de provocar uma dissonância ao nível dos órgãos directivos. Aqueles que eu contactei afirmam que não há dissonâncias na leitura do programa e que o problema para eles fundamental, é saber se a forma administrativa do Partido é ou não a melhor. Alguns deles confessam-se mesmo confusos e não sabem porque estão na situação em que estão.

F. J. — Sem dúvida que no Partido há pessoas que seguem com mais ou menos entusiasmo o programa do Partido. E recordo-me que, nas muitas longas conversas com o meu amigo Mota Pinto, às vezes procurávamos fazer uma análise das pessoas. Distinguíamos então entre os que desejavam com mais facilidade do que outros o rápido caminhar para um socialismo democrático tal como o nosso programa apresenta, quer e deseja. Lembro-me que, às vezes, fazia com o dr. Mota Pinto uma análise sobre os deputados que estão com ele e são dissidentes, eram exactamente aqueles que eu considerava os mais conservadores dentro do próprio partido.

EXP. — Fartamos talvez aqui o pouco da situação, que introduz uma perspectiva de futuro relativamente ao Partido Popular Democrático. Parece, de toda esta conversa, que o PPD não escapa, neste momento, à fortíssima marca que lhe é imprimida pelo seu Secretário-Geral. Referiu-se, por exemplo, à existência, anterior ao Congresso, de grupos desmoldados «di-Carrelistas» e «anti-Sá Carnealistas». Por outro lado, há aqui uma série de observações, que eu aliás e que são mais ou menos lógicas não havendo tendências delineadas como no antes do Congresso; não havendo leituras

diferentes do Programa do Partido; havendo consistência interna; havendo consistência das bases do Partido, a divergência é, sim ou não, relativamente à figura de Sá Carneiro?

F. J. — Concretamente, não. Os próprios dissidentes nunca admitiram a hipótese de o Secretário-Geral deixar de ser o dr. Sá Carneiro. O problema apenas está no ponto que eles tinham de que a vida do Partido se pudesse encaminhar no sentido de dar poderes executivos ao Secretário-Geral.

EXP. — E em sua opinião não é esse o caminho que o Partido vai seguir?

F. J. — De maneira nenhuma.

EXP. — Portanto, em sua opinião, o PSD não corre o risco de se transformar num grande partido carismático?

F. J. — De maneira nenhuma. Considero que esta pequena crise

tem também os seus frutos positivos e um deles é de chamar a atenção de todos os militantes para um perigo que eles apontaram. Isto põe o Partido mais alerta para evitar que ele possa perder democraticidade.

A. S. — Há um facto curioso a registar. Alguns que hoje se encontram entre os dissidentes, durante a campanha eleitoral propuseram que se fizesse campanha com cartazes defendendo a posição de Sá Carneiro. Ora, quando isso chegou ao conhecimento do Sá Carneiro, que já não estava na altura a exercer funções de Secretário-Geral, ele opôs-se terminantemente.

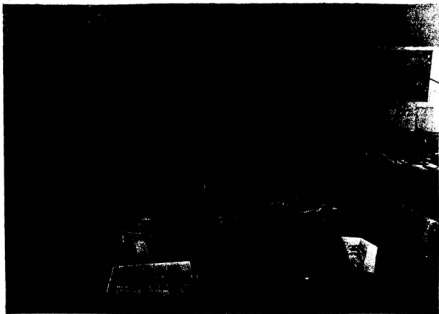
No entanto, há um dos que hoje clamam contra o carisma do dr. Sá Carneiro, que ordenou, contra ordens expressas do dr. Sá Carneiro, que se fizessem cartazes com retratos dele. Sá Carneiro nunca tentou impedir-se. É certo que Sá Carneiro

é uma pessoa com personalidade forte, que marca muito o Partido, mas não penso que se corra o risco, nem pelo carácter das bases, nem pela prática da democracia e da contestação interna que existe, de uma polarização única em torno do Sá Carneiro, pois qualquer de nós que está aqui está perfeitamente apto a fazer as críticas que entender.

É evidente que se saíssem todos que têm um mínimo de capacidade e queressem pôr um desejo de democraticidade ao Partido, um caminho firme para o socialismo democrático que nós o pretendemos, se se retirassem todos do Partido e se apenas ficasse um núcleo em torno dele, é evidente que ficaria apenas um pequeno Partido carismático. Mas, conservando-se a maioria de nós fideis ao Partido, não há perigo que o Partido se torne num partido carismático. No momento

em que o dr. Sá Carneiro estava suspenso, que foi o momento mais decisivo para o Partido, que foi o momento da eleição, mesmo sem Secretário-Geral, mesmo neste momento crucial, apesar de termos um jovem Partido, com 8 ou 9 meses de existência, não houve necessidade de um homem carismático.

M. M. — Eu sublinho também que um dos objectivos era limitar a capacidade do Secretário-Geral. Ao vir a figura do dr. Sá Carneiro, não era bem abater a pessoa, que agora é relativamente conhecida como Mário Soares e Alvaro Cunhal no PS e no PC, era limitar e obrigá-lo a tomar, em relação ao Partido, decisões que conviriam a certos aproveitamentos. Quando se diz que Sá Carneiro não esteve em causa, foi como figura e como pessoa, embora a função dele tenha sido efectivamente questionada.



O PPD e o futuro

EXP. — Há um consenso entre as pessoas que aqui estiveram: é, efectivamente, de que a democraticidade interna do PPD se encontra devidamente assegurada depois do Congresso, com este Secretário-Geral ou sem este Secretário-Geral. Por outro lado, assegurou-se também que a vida do Partido, porque é um grande partido, não depende de uma única figura, não podia depender de uma só pessoa. Pela conjugação destes elementos, parece não existir perigo que o PPD se transforme num grande partido carismático, e muito menos, segundo na primeira parte da conversa tínhamos chegado à conclusão, de um grande partido de direita.

Gostaria de perguntar como é que, em vossa opinião, o PPD poderá, no imediato, contribuir rapidamente para a construção de uma democracia civil, tal como é desejada, pelo Partido? Concretamente em relação ao governo? Em relação ao PC, em relação ao PS?

N. R. S. — A posição do PPD em relação a todos os partidos e em relação ao governo está perfeitamente demarcada, e parece-me que não pode levantar qualquer preocupação. Se isso se pretender relacionar com a situação dentro do Partido, confesso que ainda menos, porque na verdade os acontecimentos não parecem que tenham tido qualquer repercussão, à parte o afastamento de alguns elementos. A verdade é que, quanto às bases, posso afirmar que o PPD continua na mesma.

Acusam-nos de desenvolver anti-comunismo, mas também não encontro explicações assentes em factos. O que não podemos deixar de reconhecer é que o PC, estando no governo e fazendo a política que estava a fazer, estava evidentemente a colocar-se numa posição insustentável. Ninguém pretende limitar a liberdade de reunião, de propaganda ou de acção. Pretendemos, isso sim, que o PC jogue o jogo democrático, e até talvez me atreva mesmo a dizer que aquilo que nós pretendemos para o PC é aquilo que mais lhe

conviria. Mas isso é um problema interno desse partido.

M. M. — Tinha realmente duas coisas a dizer, em relação à participação PPD na construção da democracia e do socialismo. Eu considero que, apesar de erros, de hegemonias e de golpes, de que a revolução portuguesa desde o 25 de Abril tem sido vítima, corremos o grave risco de vermos com facilidade o povo português começar a descurir do socialismo e até da própria democracia. Pelo menos, corrimos esse risco até ao 25 de Novembro. Quanto ao valor que pode ter o PPD para manter a esperança da democracia do povo português, eu devo dizer que ele, neste momento, é fundamental. Eu penso mais, penso que se não soubermos democraticamente resolver problemas neste País, que possam fazer superar a situação angustiante em que está o povo, se não o fizermos, o povo português pode não perder a esperança da democracia, mas pode perder com facilidade a esperança no socialismo.

A. S. — Corremos o perigo de fazer descurir o povo português da

ideia do socialismo, por uma razão simples: falamos do socialismo como uma forma superior de sociedade, numa forma mais justa, numa forma de maior abundância e melhor repartida, e, efectivamente, nós estamos agora perante o risco de uma crise económica, e se não tomamos medidas energéticas nos dois ou três meses que nos restam para podermos fazer ainda qualquer coisa, corremos o risco de termos que oferecer, daqui a meio ano ou um ano, uma sociedade, não digo de miséria, mas uma sociedade com grandes dificuldades económicas. E então haverá entre os portugueses aquelas que, com uma certa legitimidade, perguntarão: «É isto o socialismo que nos prometiam?» «É isto a democracia que ao 25 de Abril nos falavam?» A economia acabará por pôr prazos à política. Se o PPD se retirar da luta, a acção governativa ficará extremamente prejudicada e as soluções talvez não fossem as melhores. Além disso, a prática democrática das instituições políticas neste País ficaria diminuída, se o PPD abandonasse o governo.